

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Luís Filipe Teixeira Macedo

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

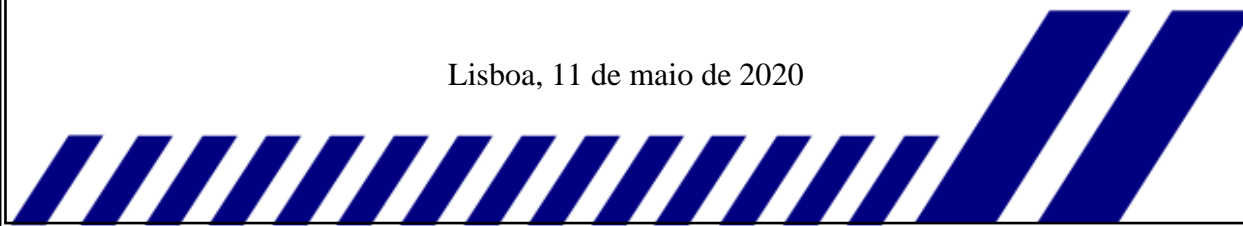
XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A ATIVIDADE POLICIAL NAS
MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS:
O QUE DIZEM AS TELEVISÕES**

Orientadora:

Prof. Doutora Lúcia G. Pais

Lisboa, 11 de maio de 2020





Luís Filipe Teixeira Macedo

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A ATIVIDADE POLICIAL NAS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS: O QUE DIZEM AS TELEVISÕES

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof. Doutora Lúcia G. Pais.



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXXII CFOP

Orientadora: Prof. Doutora Lúcia G. Pais

Título: A Atividade Policial nas Manifestações Políticas: O que dizem as televisões

Autor: Luís Filipe Teixeira Macedo

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: maio de 2020



Agradecimentos

Este percurso de cinco anos só foi possível com o contributo de muitas pessoas que, direta ou indiretamente me influenciaram. Certamente que não conseguirei nomear todas essas pessoas, porém, todas têm a minha gratidão.

A todos os elementos da 6ª esquadra do COMETPOR e da 2ª esquadra do COMETLIS, pelos estágios que me proporcionaram, em especial os Subcomissários Rui Dias e Énio Alves que me acompanharam mais de perto e contribuíram para enriquecer a minha formação com uma abordagem eminentemente prática.

À Professora Doutora Lúcia G. Pais pelo acompanhamento e orientação, o seu contributo foi uma enorme mais valia ao longo do processo de elaboração desta dissertação.

A todos os que contribuem diariamente para o funcionamento do instituto, ao pessoal docente e discente, bem como dos restantes serviços administrativos e de apoio.

Ao 32º CFOP. Não somos melhores nem piores, somos diferentes, para melhor.

Aos meus pais pela educação e valores que me transmitiram, e também por serem o modelo que eu procuro seguir em todos os aspetos importantes da vida.

À minha irmã Mariana, a menina querida dos pais e do irmão, pelo grande exemplo de dedicação e ética de trabalho que muito me influenciou neste percurso.

A ti meu amor, todo este percurso só foi possível com o teu apoio e o final desta etapa significa que podemos continuar a caminhar para atingir outros objetivos.

Resumo

Sabendo que a grande maioria das pessoas apenas tem contactos esporádicos com a polícia, percebe-se que a imagem que têm sobre ela será construída com base em informações divulgadas pelos OCS, em concreto pela televisão. A pertinência desta investigação relaciona-se com a necessidade de compreender o discurso dos Órgãos de Comunicação Social relativamente à atuação da PSP, na medida em que irá influenciar a perceção da população sobre a sua legitimidade. Este estudo insere-se numa linha de investigação sobre a atuação da PSP no âmbito de grandes eventos de cariz político existente no Laboratório de Grandes Eventos do Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. O método, seguindo uma abordagem qualitativa consistiu em analisar o discurso dos canais RTP1, SIC e TVI acerca da atuação da PSP em grandes eventos de cariz político. Para tal, foi utilizado um *corpus* constituído por 37 notícias dos telejornais das 13 e das 20 horas, que após completa transcrição, foi sujeito a uma análise de conteúdo. Os principais resultados apurados revelaram um discurso maioritariamente descritivo, nomeadamente em relação ao evento; registou-se também uma prevalência do discurso direto dos manifestantes, em detrimento da PSP; relativamente à atuação da polícia, comprovou-se que maioritariamente é feita a sua descrição, e em segundo plano, são apresentados os motivos que a justificaram; no que concerne às imagens exibidas, demonstram maioritariamente manifestantes e polícias sem confrontação.

Palavras-chave: Grandes eventos; manifestação; media; polícia; policiamento.

Abstract

Knowing that the majority of people just have sporadic contacts with the police, the image they have of it will be based on information released by the media, and specifically television. The relevance of this investigation is related to the need to understand the discourse of the media regarding the PSP's performance, insofar as it will influence the population's perception of its legitimacy. This study is a part of a line of investigation on the PSP's performance within the scope of major political events at the Major Political Events Laboratory Research Centre of the Higher Institute of Police Sciences and Homeland Security. The method, following a qualitative approach, consisted in analysing the discourse of the channels RTP1, SIC e TVI, about the PSP's performance in major political events. To this end, a corpus consisting of 37 news items from 1 pm and 8 pm was used, which, after a complete transcription, was subjected to a content analysis. The main results obtained revealed a mostly descriptive speech, namely about the event; there was also a prevalence of direct speech by the protesters, to the detriment of the PSP; concerning the police action, it was found that it is mainly described, and the reasons that justify it are presented in the background; about the images displayed, they demonstrate mostly demonstrators and police without confrontation.

Key-words: Demonstration; major events; media; police; policing.

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Art.º – Artigo

BE – Bloco de Esquerda

CRP – Constituição da República Portuguesa

DIP – Departamento de Informações Policiais

DUDH – Declaração Universal dos Direitos do Homem

DN – Diretor Nacional

ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

ESIM – Modelo Integrado de Identidade Social

FENPROF – Federação Nacional dos Professores

GIRP – Gabinete de Imprensa e Relações Públicas

GNR – Guarda Nacional Republicana

IGAI – Inspeção Geral da Administração Interna

ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

LSI – Lei de Segurança Interna

MP – Ministério Público

MAI – Ministro da Administração Interna

NIRP – Núcleo de Imprensa e Relações Públicas

OCS – Órgãos de Comunicação Social

PCP – Partido Comunista Português

PP – Partido Popular

PSD – Partido Social Democrata

PSP – Polícia de Segurança Pública

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SIC – Sociedade Independente de Comunicação

TVI – Televisão Independente

UNICRI – United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute.

VIP – Very Important Person

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1. Comunicação de Massas	5
1.1 Teorias da Comunicação de Massas	5
1.1.1 Teoria Hipodérmica	5
1.1.2 Abordagem empírico-experimental	6
1.1.3 Efeitos limitados	7
1.1.4 Teoria do Agendamento e <i>Gatekeeping</i>	8
1.1.5 <i>Framing</i> (Enquadramento)	11
2. Notícia	12
2.1 Teorias e Efeitos	13
2.1.1 Teoria do Espelho	13
2.1.2 Teoria Organizacional	14
2.1.3 Teoria da Ação Política	15
2.1.4 Teorias Construtivistas	15
2.2 Critérios de Noticiabilidade e Valores-Notícia	17
3. Televisão	19
3.1 Televisão e Política	20
3.2 Telejornal	21
3.3 Influência do <i>Citizen Journalism</i>	22
4. A Polícia de Segurança Pública	24
4.1 A PSP em funções de Manutenção e Reposição da Ordem Pública	24
4.2 Relação da PSP com os Órgãos de Comunicação Social	25
4.3 Discurso dos OCS sobre a Intervenção da PSP em Grandes Eventos Políticos	26
5. Problema de Investigação	28
CAPÍTULO II – MÉTODO	31
1. <i>Corpus</i>	31
2. Instrumento: Análise de Conteúdo	32
3. Procedimento	34
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	37
1. Corpo das Notícias	38

1.1. Visão Geral.....	38
1.2. Fontes de Informação.....	39
1.3. Os Eventos	45
1.4. Os Participantes nos Eventos	47
2. Rodapés.....	50
2.1. Visão Geral.....	50
2.2. Fontes de Informação.....	50
2.3. Os Eventos	52
2.4. Os Participantes nos Eventos	53
3. Imagens	54
CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS	71

Índice de figuras

Figura 1- Distribuição percentual das u.r., por categoria, no corpo das notícias	39
Figura 2- Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Discurso Direto", no corpo das notícias.	40
Figura 3 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Discurso Indireto", no corpo das notícias.	43
Figura 4 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Instâncias", no corpo das notícias.	44
Figura 5 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Sistema Explicativo Espontâneo", no corpo das notícias.	45
Figura 6 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Enquadramento/ Descrição", no corpo das notícias.	46
Figura 7 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "PSP", no corpo das notícias.	48
Figura 8 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Manifestantes", no corpo das notícias.	49
Figura 9 - Distribuição percentual das u.r., por categoria, nos rodapés.	50
Figura 10 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Discurso Direto", nos rodapés.	51
Figura 11 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Discurso Indireto", nos rodapés.	51
Figura 12 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Instâncias", nos rodapés.	52
Figura 13 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Sistema Explicativo Espontâneo", nos rodapés.	52
Figura 14 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Enquadramento/ Descrição", nos rodapés.	53

Figura 15 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "PSP", nos rodapés.	53
Figura 16 - Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Manifestantes", nos rodapés.	54
Figura 17 - Distribuição percentual das imagens, atendendo à emissão.	54
Figura 18 - Distribuição percentual das imagens, por categoria.	55
Figura 19 - Distribuição percentual das imagens, por subcategoria da categoria "Imagens de Manifestantes".	55
Figura 20 - Distribuição percentual das imagens, por subcategoria da categoria "Imagens da Polícia".	56

Índice de anexos

Anexo 1 – Ofício que autoriza o acesso à base de dados da empresa Cision	72
Anexo 2 – Resultados das pesquisas efetuadas, por cada descritor	73
Anexo 3 – Lista das notícias que constituem o corpus	74
Anexo 4 – Grelha Categorical utilizada para o corpo da notícia e rodapés	76
Anexo 5 – Tipos de imagens	82
Anexo 6 – Resultados da codificação do corpo das notícias	84
Anexo 7 – Resultados da codificação dos rodapés das notícias	85
Anexo 8 – Resultados da contagem das imagens das notícias	86

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por uma impressionante evolução no mundo dos Órgãos de Comunicação Social (OCS), que abandonaram um modelo exclusivamente impresso, devido sobretudo ao desenvolvimento de outras formas de fazer a informação circular, como é o caso da televisão, da internet e do telefone (Miller, 2004), o que democratizou o acesso à informação.

A preponderância dos OCS na atualidade já não é um assunto alvo de discussão, uma vez que estes meios fazem parte da própria sociedade, havendo, inclusivamente, autores que se reportam à existência de uma *media culture* (Miller, 2004). Ao nível legal, no panorama global destaca-se a previsão da liberdade de opinião e expressão pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) podendo qualquer indivíduo “procurar, receber e difundir [informação] por qualquer meio de expressão” (Art.º 19º). A temática da comunicação apresenta também uma relevância enorme ao nível nacional, tendo dignidade constitucional. O Artigo (Art.º) 37º da Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra como um direito fundamental a liberdade de expressão e informação, que consiste na capacidade que todas as pessoas têm de se “informarem e serem informados, sem qualquer impedimento ou discriminação”. Logo de seguida, o Art.º 38º, que assegura a liberdade de imprensa e dos meios de comunicação social, é uma marca histórica da Assembleia Constituinte que pretendeu demarcar este Estado de Direito Democrático do regime autoritário do Estado Novo, no qual a máquina estatal podia exercer censura sobre estes.

A enorme influência que os OCS exercem sobre a sociedade leva a que alguns autores os equiparem aos poderes basilares de um Estado de Direito Democrático (legislativo, executivo e judicial), atribuindo-lhe o título de quarto poder (Traquina, 2002). Segundo McQuail (2003), este termo tornou-se convencional para designar os “jornalistas no seu papel de repórteres do Governo” (p.508). A atribuição desta designação relaciona-se com o facto de os OCS permitirem fazer um controlo sobre os outros três poderes (Traquina, 2002), através da divulgação de informações que permitem influenciar a opinião pública. Neste sentido, a disseminação de informações relevantes por parte dos OCS permitiu que a opinião pública, “um importante instrumento de controlo social” (Traquina, 2002, p.32), se consubstanciasse de um modo mais esclarecido (Traquina, 2002), dado que os OCS “veiculam, legitimam, descredibilizam, reforçam ou transformam representações que exprimem a diferença, o contraste ou o

antagonismo entre grupos ou correntes de opinião” (Rodrigues, 1999, p.72). Por outro lado, este quarto poder dá conta da extrema importância que os OCS possuem na sociedade, sendo capazes de originar efeitos de várias índoles: comportamental, atitudinal e afetiva (McQuail, 2003).

Concretamente no caso da televisão, esta é um OCS “omnipresente” (Sá, 2015) na vida das pessoas, que associa uma “sucessão de sequências de imagem, texto e som” (Serrano, 2012, p.216), desempenhando as funções basilares de informar, educar e distrair (Ramonet, 2001). Relativamente à função de informar, um estudo realizado pelo Reuters Institute for the Study of Journalism (2019) destacou que a televisão é ainda a principal fonte noticiosa (81%), logo seguida pela internet (79%). Historicamente, a televisão difundiu-se ao longo das três décadas que sucederam a segunda Guerra Mundial, de tal forma que os restantes OCS tiveram de ser necessariamente reestruturados e reorganizados (Castells, 2010a).

A televisão, apesar de se representar como uma grande evolução tecnológica relativamente à imprensa escrita e à rádio, tem algumas limitações, nomeadamente no que concerne ao espaço disponível para os vários conteúdos. Nesse sentido, a sua impossibilidade de abordar todos os acontecimentos faz com que estereotipe a realidade de acordo com a capacidade que cada acontecimento tem para chamar a atenção do público (Brandão, 2005). Usualmente, os eventos escolhidos para noticiar são acompanhados por “imagens que suscitam a emoção e que dramatizam os conflitos” (Brandão, 2005, p.23). Castells (2010b) inclusivamente afirma que apenas acontecimentos que envolvam conflito, drama, negócios ilegais ou outros comportamentos censuráveis são notícias interessantes. Tudo isto se encontra relacionado com a competitividade que atualmente se verifica entre os noticiários e programas de entretenimento ou desportivos (Castells, 2010b), que conduz à alteração da informação televisiva para uma vertente de informação-espetáculo (Brandão, 2005). No caso concreto da informação televisiva sobre temáticas políticas, a postura dos jornalistas não é constante, demonstrando alternância entre a cumplicidade e o confronto (Figueiras, 2018).

Os OCS em geral, bem como a televisão em particular têm também uma influência na relação dos cidadãos com a polícia. Considerando que a “maioria das pessoas apenas tem contactos esporádicos com a polícia” (Chermak, 2007, p.1256), os OCS possuem um grande poder de influência, seja através das notícias ou de programas de entretenimento, sobre a opinião que o público vai desenvolver sobre o serviço policial (Chermak, 2007).

Na mesma linha de pensamento, Reiner (2008) afirma que os OCS desempenham um papel fundamental para projetar a imagem da polícia enquanto “pré-requisito fundamental da ordem social” (p.314), embora refira que os OCS providenciam uma contextualização que permite questionar a efetividade e responsabilização policiais. Assim, a manutenção de boas relações com os OCS tradicionais é importante para as forças policiais “demonstrarem transparência, para tranquilizar a população, para procurar auxílio na resolução de casos, e para projetar atuações positivas bem como uma imagem institucional positiva” (Mawby, 2010, p.135).

Na sociedade portuguesa as instituições que veem a sua atuação mais escrutinada são, precisamente, as Forças de Segurança (Elias, 2018). Este escrutínio é realizado por uma série de atores, sejam eles institucionais ou não institucionais, nomeadamente “pelo [Ministério Público] MP, pelo Governo (...) pela Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), pela Provedoria de Justiça, pelos órgãos inspetivos das Forças e Serviços, pela estrutura de comando hierárquico interno, pela comunicação social, pelos cidadãos” (Elias, 2018, p.59). Assim, os OCS encontram-se inseridos na vasta panóplia de atores que avaliam e escarpelizam a atuação policial (Elias & Pinho, 2014). Todavia, para além de escrutinarem a sua atuação, os OCS são também uma plataforma que dissemina essa avaliação e, devido à sua natureza, irá influenciar o seu público.

Entretanto, nos últimos anos registou-se um aumento da atividade de protesto político, depois de um período de evidente acalmia em que o discurso político predominante procurava dar conta de uma situação económica e financeira em franca recuperação. De facto, depois de um período conturbado em que Portugal conheceu os efeitos da “Troika”, assistiu-se a uma “retoma” e à “reposição” de alguns “direitos”. E a aproximação de eleições legislativas em 2019 constituía um momento importante para tornar visível a pressão para alcançar uma melhoria nas condições de vida dos cidadãos. Esse momento não foi desperdiçado; o protesto político voltou à rua.

O desenvolvimento da presente investigação pretende, então, perceber a imagem veiculada pelos OCS relativamente à atuação da Polícia de Segurança Pública (PSP) no âmbito das manifestações políticas realizadas em 2019, estando organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo constitui-se como o enquadramento teórico que enforma a totalidade da investigação desenvolvida, abordando a comunicação de massas, a PSP e termina com a apresentação do problema de investigação, que, uma vez que se pretende dar continuidade à linha de investigação sobre a atuação da PSP no âmbito de grandes

eventos de cariz político existente no Laboratório de Grandes Eventos do Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), versa sobre a perceção dos OCS sobre a atividade policial nas manifestações políticas, concretamente nos telejornais dos canais Rádio e Televisão de Portugal (RTP), Sociedade de Comunicação (SIC) e Televisão Independente (TVI).

O segundo capítulo é dedicado ao método adotado na presente investigação por forma a possibilitar uma correta e detalhada descrição de todos os procedimentos, desde a seleção do *corpus* de análise, que pressupõe a decisão sobre os eventos a abordar e as pesquisas por notícias dos canais em estudo, até à aplicação da técnica de análise de conteúdo, com o propósito de garantir uma recolha e análise de dados válidos e fiáveis.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos, procedendo-se também à discussão dos mesmos, por meio da sua confrontação com a fundamentação teórica existente neste âmbito.

Finalmente, no último capítulo são apresentadas as principais conclusões da presente investigação, refletindo-se sobre as limitações sentidas, assim como apresentando algumas sugestões para eventuais investigações futuras.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Comunicação de Massas

1.1 Teorias da Comunicação de Massas

Não se pretende, aqui, apresentar uma abordagem exaustiva e profunda de um grande número de teorias, pois não seria profícuo para o objetivo desta dissertação. Ao invés, pretende-se elaborar um breve resumo das teorias que se entende serem as mais adequadas, dado permitirem constatar as diferentes abordagens a esta temática, cada qual com o seu lastro histórico distinto.

1.1.1 Teoria Hipodérmica

A teoria hipodérmica, que surge no período intermédio às duas Guerras Mundiais, tem como objetivo perceber o efeito dos OCS numa sociedade de massa (Wolf, 2001). Pensava-se que uma sociedade de massa se trata de um grupo homogéneo de indivíduos que são indiferenciáveis entre si, sendo diretamente atingidos por uma mensagem (Wolf, 2001), o que significa que não teriam raciocínio crítico em relação a esta. Neste sentido, o conceito de sociedade de massa reduz as pessoas a uma massa uniforme e acrítica, e assim os OCS teriam a capacidade de moldar a sua opinião e o seu comportamento (Miller, 2004). Esta sociedade acaba por reduzir a individualidade das pessoas que a compõem, tornando-as numa massa vasta, amorfa e uniforme (McQuail, 2003), que é diretamente atingida e influenciada por uma mensagem externa.

Assim pensando, o público receberia uniformemente as mensagens dos OCS, desencadeando automaticamente uma resposta relativamente a esse estímulo (Defleur, & Ball-Rokeach, 1993). A teoria hipodérmica considerava, então, que a comunicação estava assente num processo de estímulo-reação (Mealha, 2009), em que os OCS, devido aos seus imensos recursos, teriam a capacidade de levar a audiência a atender aos estímulos que emitiam, culminando essa influência numa ação por parte destes (Defleur, & Ball-Rokeach, 1993). Esta teoria, naquele momento histórico, encontrava-se completamente coerente com as noções sociológicas existentes e tinha como grande preocupação o estudo da “propaganda veiculada pelos *mass media*” (Serra, 2007, p.151), facto instigado pela notável eficácia da propaganda da primeira Guerra Mundial (Defleur, & Ball-Rokeach, 1993). Neste sentido, considerava-se que uma pessoa que fosse exposta à propaganda poderia ser “controlada, manipulada, levada a agir” (Wolf, 2001, p.28), já que os efeitos eram tidos como certos. França e Simões (2016) sugerem que esta teoria se encontra

assente em dois pressupostos, “a onipotência dos meios e a vulnerabilidade das pessoas” (p.64).

A teoria hipodérmica também ficou conhecida por teoria da “bala mágica” na medida em que:

a sociedade é uma sociedade de massas, constituída por um conjunto de indivíduos mais ou menos homogêneos, atomizados e anômicos; os meios de comunicação são comparáveis a “agulhas” ou “revólveres” que injetam os seus conteúdos ou disparam as suas balas – as suas mensagens –, de forma direta e imediata, nos indivíduos; os indivíduos são uma massa mais ou menos moldável que recebe, de forma passiva, e é influenciada, de maneira uniforme, pelas mensagens dos *mass media*. (Serra, 2007, p.151)

Ou seja, aceitava-se, por exemplo, “que a demagogia das lideranças carismáticas possa manipular esses indivíduos através dos *mass media* como a rádio ou como a televisão” (Felgueiras, 2016, p.163).

Apesar de revelar algumas limitações, esta abordagem foi o precursor da investigação da comunicação, nomeadamente pelo estabelecimento de dois temas que acabaram por ser fulcrais nas teorias seguintes, a “análise dos efeitos e a dos conteúdos” (Wolf, 2001, p.31).

1.1.2 Abordagem empírico-experimental

A abordagem empírico-experimental, também conhecida como teoria da persuasão, surgiu nos anos 1940 enquadrada na área de estudo da Psicologia (Wolf, 2001).

Esta nova abordagem marca um afastamento da relação de automatismo entre estímulo e resposta, no sentido de um estudo mais abrangente que engloba a “relação entre emissor, mensagem e destinatário” (Wolf, 2001, p.34). Ainda assim, o paradigma estímulo-efeito não foi abandonado na totalidade, antes sofreu uma evolução no sentido em que se passa a admitir que os efeitos não são imediatos e uniformes, mas que variam de indivíduo para indivíduo (Wolf, 2001). Entretanto, se na teoria hipodérmica os efeitos não eram investigados porque eram tidos como certos, na teoria da persuasão existe o interesse em estudá-los.

A própria designação da teoria indica que a comunicação é vista como um instrumento que permite a persuasão do público, que já não é encarado como estando

indefeso em relação ao estímulo. Esta persuasão consiste na capacidade para “construir significados na mente das pessoas” (Pais, Felgueiras, Serra, Machado, & Pereira, 2013, p.206). Acreditava-se que era possível produzir efeitos relevantes no destinatário, na condição de as mensagens transmitidas se revestirem de uma estrutura adequada para tal (Wolf, 2001). O abandono do imediatismo e certeza do efeito levou a uma evolução do modelo explicativo, que passa a considerar os processos psicológicos intervenientes entre o estímulo e um eventual resultado (Wolf, 2001).

Com esta renovada visão dos efeitos da comunicação no público de massa surgiram novos estudos que se basearam em dois conceitos fundamentais, a audiência e a mensagem (Wolf, 2001). No que concerne ao primeiro, importava estudar o interesse em obter informação, a exposição seletiva, a percepção seletiva e a memorização seletiva (Wolf, 2001). Relativamente ao segundo, importava perceber a credibilidade do comunicador, a ordem de argumentação, a sua integralidade e a explicitação das conclusões (Wolf, 2001).

1.1.3 Efeitos limitados

Ao invés das abordagens anteriores, que remetem para os efeitos diretos da comunicação, deve-se referir a abordagem dos efeitos limitados, de orientação sociológica (Wolf, 2001), também contemporânea dos estudos experimentais, circunstância que dificulta a sua individualização (Wolf, 2001). A abordagem dos efeitos limitados, não se limita à influência proveniente dos OCS, uma vez que esta representa apenas uma parcela de um processo mais global que ocorre por via das relações comunitárias (Wolf, 2001). A propósito desta abordagem surge a teoria do fluxo em dois níveis (*two step flow of communication*), que mais tarde evoluiu para a teoria multinível (*multi-step flow of communication*)

Segundo Liu (2007), a teoria do fluxo de comunicação em dois níveis (*two-step flow*), mais do que explicar o grau de influência exercida sobre o público, tem como objetivo primordial a abordagem dos líderes de opinião e da sua influência (Liu, 2007). Os líderes de opinião são definidos como quaisquer pessoas, que atravessam transversalmente a “estratificação socioeconómica” (Wolf, 2001, p.51), que têm uma maior exposição à informação veiculada pelos OCS sobre as matérias em relação às quais têm opinião, em comparação com a população geral (Liu, 2007), o que faz com que estejam, à partida, melhor informadas (McQuail, 2003) e que a sua opinião seja consubstanciada em fontes tidas como credíveis (Liu, 2007).

A abordagem desta teoria implica uma clara conceptualização da noção de opinião pública. Este conceito corresponde aos “pontos de vista coletivos de parte significativa do público (...) por vezes considerada como a maioria numérica, medida por sondagem” (McQuail, 2003, p.507). Não obstante, McQuail (2003) considera que a simplificação através da aceitação dos instrumentos de medida pode levar ao descuido das características fundamentais da opinião, “diversas, dinâmicas e variáveis em força” (p.507).

Este modelo revelou-se insuficiente uma vez que muitos líderes de opinião não obtêm as suas informações diretamente dos OCS, mas de outros líderes de opinião (Santos, 1992). Santos (1992) e Sousa (2006) referem que este facto foi inclusivamente reconhecido por Lazarsfeld, que propôs uma alteração do modelo de dois níveis para um modelo multinível.

Porém, como adianta Esteves (2002), esta e as anteriores teorias têm a grande limitação de se focarem unicamente na explicação dos efeitos da comunicação a curto prazo.

1.1.4 Teoria do Agendamento e *Gatekeeping*

Para referir a teoria do agendamento (*agenda-setting*) é necessário entender a mudança operada relativamente ao estudo dos efeitos. De facto, verificou-se o abandono do estudo de

casos singulares (...) para se passar à cobertura global dos *mass media* (...), deixam de se extrair dados (...) de entrevistas feitas ao público, para se passar a metodologias integradas e complexas, deixam de se observar e avaliar as mudanças de atitudes e de opinião, para se passar à reconstrução do processo pelo qual o indivíduo modifica a sua própria representação da realidade social. (Neumann, cit. in Wolf, 2001, p. 140)

Para McQuail (2003, p.497), o agendamento é um “processo de influência dos meios de comunicação de massas (intencional ou não) pelo que a importância relativa de acontecimentos (...) é afetada pela apresentação noticiosa”. A definição do autor implica que a importância que o público atribui a determinada notícia é diretamente proporcional à atenção dispensada pelos OCS em relação a esse assunto, o que significa que estes não

têm influência na “direção da opinião, mas apenas *nos temas em que as pessoas pensam*” (McQuail, 2003, p.497).

A teoria do agendamento procura perceber o efeito que a cobertura mediática de determinados eventos em detrimento de outros pode desempenhar na opinião pública (Straubhaar, LaRose, & Davenport, 2011). Desde logo se percebe que os OCS têm a capacidade para decidir quais os acontecimentos que pretendem noticiar, isto é, qual a informação que vão comunicar ao público. Esta teoria procura estabelecer uma relação de causa-efeito entre estas decisões e a formação da opinião pública. Segundo a hipótese do agendamento, os OCS, através das mensagens e informações que transmitem, seriam capazes de fazer com que o público prestasse atenção a determinados temas, ignorando outros (Wolf, 2001). Os efeitos seriam ainda mais abrangentes, pois para além da influência sobre os temas a atender, o público também demonstraria uma tendência para atribuir uma importância semelhante à que lhes é conferida pelos OCS (Wolf, 2001).

Alguns autores referem que “os OCS constroem as pessoas a prestar atenção sobre determinados assuntos” (Lang & Lang, cit. in McCombs & Shaw, 1972, p.177), nomeadamente através da apresentação de realidades, sugerindo ao público aquilo em que pensar ou conhecer (Lang & Lang, in McCombs & Shaw, 1972). Não se pretende afirmar que os OCS são responsáveis por incutir nas pessoas uma determinada opinião, mas sim, que “desempenham um papel de relevo na sugestão dos assuntos em que o público deve pensar” (Cohen, in McCombs & Shaw, 1972, p.177). Neste sentido, poderia afirmar-se que o público atribui maior importância a um tema que seja alvo de uma abordagem mais enfática e prolongada no tempo (McCombs & Shaw, 1972), não sendo, todavia, esta uma relação matemática, já que McCombs (cit. in Sousa, 2006) concluiu que quanto mais “intenso e alargado é o debate público de um tema, menos relevante é a influência dos meios de comunicação social” (p.502).

Rogers, Dearing e Bergman (1993) referem a existência de diferentes agendas: a “agenda mediática, a agenda pública e a agenda política governamental” (p.69), sendo que elas se relacionam e influenciam mutuamente (Rogers et al., 1993). A agenda mediática remete para a conceptualização da agenda dos OCS; a agenda pública concebe a importância relativa dos assuntos para os membros do público, a agenda política considera a agenda dos representantes eleitos para governar (Rogers et al., 1993).

A agenda mediática, cujos efeitos importam para esta investigação relaciona-se com a informação que os OCS transmitem para o público, podendo problematizar-se sobre a decisão de quais os temas a noticiar e quais os que devem ser ignorados (Rodrigues,

2013). Kurt Lewin (cit. in Traquina, 2005), num estudo sobre “decisões domésticas relativas à aquisição de alimentos para a casa, aplicou pela primeira vez o termo de *gatekeeper*” (p.150). O termo *gatekeeper*, que significa guarda do portão, quando aplicado ao jornalismo, remete para o facto de ser possível que a notícia, para conseguir passar num canal de comunicação, dependa de certos portões (*gates*) onde existem guardas que procedem a uma filtragem (White, 1999).

White (1999) foi o primeiro a aplicar o conceito aos OCS, ao afirmar que os portões referidos por Lewin estariam guardados por um porteiro (*gatekeeper*), o jornalista, recaindo sobre ele a capacidade de permitir ou restringir a publicação da notícia (Traquina, 2005). De forma simples diz-se que

o processo de produção de informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Caso a decisão seja negativa a notícia é impedida de passar o portão, o que significa a sua “morte” pois não será publicada naquele órgão de informação. (Traquina, 2005, p.150)

A definição de *gatekeeping* apresentada leva a que se possa considerar que a decisão inerente à escolha dos conteúdos está dependente dos juízos de valor do *gatekeeper* (Traquina, 2005), o que a colocaria ao nível do poder discricionário do jornalista. Corroborando esta ideia, os resultados da investigação de White (1999) sobre o processo de seleção de um jornalista desvendam que os motivos que este aponta para a sua tomada de decisão são subjetivos e arbitrários, baseando-se em juízos de valor que dependem do seu “conjunto de experiências, atitudes e expectativas” (p.143).

Porém, esta conceção de *gatekeeper* é algo redutora já que coloca todo o peso da decisão no jornalista. De acordo com Traquina (2005), esta é “uma abordagem microsociológica ao nível do indivíduo, ignorando por completo quer fatores macrossociológicos, ou mesmo, microsociológicos como a organização jornalística” (p.151). Deste modo, decisão fica resumida a um fator quase exclusivamente psicológico, ignorando a dimensão burocrática da organização (Traquina, 2005). A este propósito, Hirsch (1977) afirma que o jornalista decide dentro de uma restrita latitude que lhe é veiculada, circunstância que é comprovada pelos motivos que este aponta para a sua decisão, claramente demarcados pelas normas profissionais. Na mesma linha de

pensamento, Gieber (in Traquina, 2005) defende que as notícias só podem ser entendidas em conjunto com as “forças sociais que influenciam a sua produção” (p.152). Assim sendo, as decisões dependem em maior escala do peso da estrutura dirigente da organização do que da opinião e critérios pessoais do jornalista (Gieber, 1956).

Independentemente das inovações que trouxe para o estudo da comunicação, a teoria do agendamento é alvo de algumas críticas na medida em que pode subestimar o valor real dos acontecimentos, pois, uma ocorrência poderá sempre sobrepor-se à agenda dos OCS (Sousa, 2006). Neste sentido, seria a atenção do público a fixar a agenda mediática dos OCS invertendo o ónus da decisão daquilo que é noticiado (Sousa, 2006). Por outro lado, os efeitos do agendamento não são igualmente eficazes em todas as ocasiões, produzindo um maior resultado sobre pessoas com menor domínio do assunto, com “pouca experiência direta e que necessitam de mais informação” (Sousa, 2006, p.505). Zucker (cit. in Wolf, 2001) também defende que a dependência do público em relação aos OCS é maior relativamente aos assuntos acerca dos quais possuem menor conhecimento direto.

1.1.5 Framing (Enquadramento)

Esta teoria refere-se ao modo como os OCS apresentam uma história, isto é, o enquadramento que dela fazem, pelo facto de se considerar que, para além de definir os assuntos importantes, os OCS também dizem como pensar sobre eles (Straubhaar et al., 2011).

McQuail (2003) entende que o conceito de enquadramento pode definir-se de duas formas distintas. Por um lado, reporta-se à forma como as notícias são marcadas pelo jornalista, “num dado contexto de referência e de acordo com uma certa estrutura latente de significado” (McQuail, 2003, p.501). Por outro, relaciona-se com o público, que tende a utilizar os quadros de referência dos jornalistas, interpretando a informação recebida de modo semelhante (McQuail, 2003). Segundo a perspetiva de Sousa (2006), o enquadramento é visto como uma “ideia organizadora usada na atribuição de sentido aos acontecimentos” (p.293), denotando que permite a compreensão e interpretação da realidade de determinada forma. Na visão de Major (2014), o *framing* vai além daquilo que é enfatizado, considerando igualmente importantes os aspetos que são omitidos.

Então, o *framing* é um processo que visa a “seleção de determinados aspetos de uma realidade percecionada e torná-los mais evidentes num texto comunicacional, de forma a promover uma certa definição do problema, interpretação causal, avaliação moral

e/ou o tratamento recomendado do item descrito” (Entman, 2007, p.164). Denota-se nesta definição que ao contrário do que era referido na teoria do *agenda-setting*, no *framing* existe uma intenção de adornar a informação com determinadas características, para que seja interpretada pelo público de determinado modo.

Recorrendo a uma terminologia prática, o enquadramento que importa tem em consideração que as notícias são construídas num determinado contexto social e cultural, e utilizam “uma linguagem que recorre a integrar os mitos, as parábolas, as lendas e as histórias mais proeminentes numa determinada cultura” (Sousa, 2006, p.246). Bird e Dardenne (1999) afirmam que o reconhecimento das notícias por parte do público está dependente de cifras simbólicas ou culturais que estas comportam. Esta constatação, permite afirmar que o jornalista não é totalmente livre na escolha do enquadramento, já que está dependente do repertório formal de *frames* existente naquele momento (Manoff, 1986).

2. Notícia

A investigação da perceção dos OCS sobre a atuação policial implica também que se definam alguns conceitos basilares, como é o caso da notícia. Logo desde o início da pesquisa bibliográfica foi possível perceber que existe uma multiplicidade de definições sobre este mesmo conceito, tanto que Fontcuberta (1999) a considera como um conceito aberto ou inacabado.

Sousa (2006) define as notícias enquanto:

artefactos linguísticos que procuram representar determinados aspetos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico/ tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sociocultural (ou seja, num determinado contexto), embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. (pp.211-212)

Já McQuail (2003) elucida que o conceito de notícia se relaciona com a “forma fundamental da informação corrente sobre acontecimentos públicos em todos os tipos de

media” (p.506). Acrescenta, ainda, que entre as diversas culturas existem inúmeras diferenças, quer ao nível dos tipos como dos formatos, se bem que, em todas elas são constantes os critérios de atualidade, relevância e credibilidade (McQuail, 2003).

Deste modo, percebe-se que não existe uma definição única e suficiente para clarificar este conceito. Todavia, pode referir-se que independentemente dos locais, culturas ou regimes em que é construída, “a notícia é um autêntico sintoma social e a análise da sua produção arrasta muitas pistas sobre o mundo que nos rodeia” (Fontcuberta, 1999, p.12).

2.1 Teorias e Efeitos

2.1.1 Teoria do Espelho

A primeira teoria que surgiu para tentar explicar as notícias e os seus efeitos foi a teoria do espelho, que tem como conceito chave a idealização do jornalista como um comunicador desinteressado na construção da notícia, não possuindo, portanto, interesses que conflituem com a sua missão de informar com verdade (Traquina, 2002). O jornalista é, então, alguém com um forte sentido ético, que se limita a transmitir o que observa sem emitir a sua opinião pessoal (Traquina, 2002), e, sendo assim, “as notícias são como são porque a realidade é o que é” (Traquina, 2002, p. 74). Seguindo a mesma perspetiva, Martins (2017) considera que a teoria do espelho sustenta que o labor jornalístico se cinge a “uma mera reprodução da realidade conforme a sua ocorrência no mundo externo” (p.95), em que o profissional desta área nada mais seria que um disseminador, totalmente fiável, do acontecimento.

Como se pode constatar, esta teoria coloca um grande enfoque no “*ethos* profissional” (Traquina, 2002, p.75) do jornalista, pelo que, a comunidade jornalística é bastante sensível às críticas que são elencadas em relação a esta teoria, já que as consideram como ataques à sua credibilidade e legitimidade (Traquina, 2002).

Mas, esta teoria revela-se como uma explicação “pobre e insuficiente” (Traquina, 2002, p.77), que tem sido posta em causa em várias ocasiões, sem, porém, isto significar que se coloca em causa a ética dos jornalistas (Traquina, 2002). A teoria do espelho apresenta uma visão neutra da linguagem, aceitando que poderia “simplesmente traduzir o real em seu significado absoluto” (Martins, 2017, p.95). No entender de McQuail (2003), a conceptualização dos OCS como meros “veículos neutros” (p.293) dos acontecimentos da sociedade para os levar ao conhecimento do público, constitui-se como

conflitual em relação aos ideais de “novidade, espontaneidade e criatividade (...) parte da imagem com que os media se apresentam” (McQuail, 2003, p.293).

2.1.2 Teoria Organizacional

O autor associado ao surgimento, na década de 1950, e desenvolvimento desta teoria é Breed (1999) que postula o alargamento de uma perspetiva meramente individual para uma organizacional, inserindo, desta forma, o “jornalista no seu contexto mais imediato, a organização para a qual trabalha” (Traquina, 2005, p.152), estando sujeito a vários constrangimentos que o coagem a conformar-se com as normas da política editorial da organização em que está inserido, em detrimento das suas crenças ou ideologias pessoais. De um modo simples, o autor afirma que um novo jornalista passa por um processo de socialização relativamente à política editorial da organização, ao longo do qual, através de estímulos de recompensa e punição, “descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as normas e valores” (Breed, 1999, p. 155).

Breed (1999) conclui na sua investigação que, comumente, os jornalistas tendem a seguir a linha editorial da empresa, uma vez que a sua fonte de recompensas se localiza ao nível dos seus superiores e não nos leitores (clientes). Assim, apesar do destinatário das notícias produzidas ser o público, o jornalista não procura agradar a esse grupo, pois acaba por sucumbir às preferências da sua cadeia hierárquica. Deste modo, redefine “os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redatorial” (Traquina, 2005, p.157), uma vez que sabe, à partida, que o seu trabalho irá passar pelo seu crivo e que estes possuem poderes de controlo (Breed, 1999). Sumariamente, pode dizer-se que a teoria organizacional “refere que as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística” (Traquina, 2005, p.158).

Este controlo editorial, levado a cabo pelos superiores do jornalista, para além de perfilar as notícias do OCS pela linha editorial que pretende, também tem em conta aspetos económicos, uma vez que o jornalismo também é um negócio (Traquina, 2002, 2005). Este facto relaciona-se com a impossibilidade de um OCS ter recursos suficientes para noticiar todos os eventos que pretenderia, motivo pelo qual, é a estes superiores que compete decidir sobre quais “serão cobertos e transformados em notícia” (Traquina, 2002, p.159).

2.1.3 Teoria da Ação Política

A ocorrência de inúmeros protestos nas universidades na década de 1960 levou a um aumento exponencial de investigações sobre jornalismo, já na década de 1970 (Traquina, 2002).

Esta nova fase “alargou o âmbito das preocupações do nível do indivíduo, ao nível da organização, relativamente à comunidade profissional” (Traquina, 2005, p.161), surgindo deste modo um “novo filão da investigação conhecido como os estudos da parcialidade” (Traquina, 2005, p.161). A parcialidade seria proveniente da indissociável condição do ser humano que produz a notícia (Traquina, 2005), manifestando-se na incapacidade de o fazer de forma totalmente isenta. Esta teoria, diferentemente das anteriores, considera numa posição central a relação que se verifica entre o jornalista e a própria sociedade, pelo que o estudo “debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias” (Traquina, 2005, p.161).

Tendo por base tudo o que foi referido, os estudos realizados tentam precisamente verificar a existência ou inexistência de distorção da representação da realidade (Traquina, 2002, 2005). Nas suas investigações, Traquina (2002) refere que existem dois tipos de posição sobre esta temática, sendo que por um lado, considera-se que os jornalistas são uma classe que não é politicamente imparcial, e que, por tal motivo, moldam as notícias no intuito de disseminar uma mensagem anticapitalista; por outro, demonstrando uma opinião diametralmente oposta, assume-se que as notícias são distorcidas de modo a propagandear o capitalismo, sob a égide da elite (político-económica).

Esta teoria revela ser bastante abrangente, dado permitir que se esbocem argumentos em ambas as extremidades do espectro político. Por um lado, a versão da esquerda aborda as notícias como defensoras do poder instituído, sendo que, em oposição, a direita considera-as como uma espécie de propaganda do anticapitalismo. Esta troca de acusações de parcialidade dos OCS tem na sua essência que estes servem “os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo” (Traquina, 2005, p.163).

2.1.4 Teorias Construtivistas

A década de 1970, como já foi referido, foi rica em estudos relacionados com as notícias, portanto, não será de todo descabido abordar as teorias construtivistas, surgidas nesse espaço temporal, dado que se constituem como um paradigma oposto ao da

distorção referida pela teoria da ação política (Traquina, 2002, 2005). Este facto relaciona-se com a rejeição da teoria das notícias como espelho (Traquina, 2002, 2005), uma vez que não lhes é possível espelhar a realidade (Sousa, 2006), devido às “características da realidade, do jornalismo, do ser humano e da sua situação que conspiram para impedir que o sujeito se aproprie integralmente do objeto de conhecimento” (p.229). Mais pertinente do que falar em “distorção ou parcialidade” (Sousa, 2006, p.229) será a conceção das notícias enquanto uma construção (Traquina, 2002, 2005).

Esta conceção tem como base três ordens de argumentos. Num primeiro plano, é referido que a realidade e os OCS que devem espelhar essa mesma realidade são conceitos que se interpenetram, tornando bastante difícil a sua distinção eficaz, uma vez que as próprias notícias também têm um papel na construção da realidade (Traquina, 2002). Um segundo argumento prende-se com a impossibilidade de a linguagem transmitir diretamente o “significado inerente aos acontecimentos” (Traquina, 2002, p.95). Por fim, existe uma terceira razão, relacionada com a estruturação noticiosa dos OCS, que tem por base motivos como “os aspetos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais, a própria maneira como a *rede noticiosa* é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos” (Traquina, 2002, p.95). Porém, esta impossibilidade de se considerar que as notícias são um espelho da realidade pensando-as “como construção, não implica que elas sejam ficção” (Traquina, 2002, p.95).

A corrente de pensamento que considera a notícia como o produto de um processo de construção engloba duas teorias, a estruturalista e a interacionista. Estas teorias têm algumas similitudes, mormente em relação à conceção das notícias como produto social (Traquina, 2002), mas também por considerarem que os jornalistas, ao invés de meros reprodutores da realidade, são vistos como participantes ativos na sua construção (Sousa, 2006), atuando dentro da sua esfera de autonomia, não se constituindo como seres isolados, mas sim, inseridos numa “cultura profissional, organizacional e civilizacional” (Sousa, 2006, p.230). Não obstante as características comuns, estas teorias têm algumas especificidades que as distinguem.

A teoria estruturalista considera que as notícias, enquanto produto social que são, tendem a “reproduzir a ideologia dominante, bem como a legitimar o *statu quo*” (Sousa, 2006, p.237). Encontrando-se vinculados às definições dos acontecimentos dos proprietários dos meios de comunicação, os OCS “têm uma reduzida margem de autonomia, pertencem a uma cultura rotinizada e burocratizada e estão sujeitos ao

controle da classe dominante” (Sousa, 2006, p.237). Traquina (2002) partilha desta opinião afirmando que os OCS se têm “transformado efetivamente num aparelho do próprio processo de controlo” (p.101). Porém, diferentemente da teoria da ação política, em que este controlo é absoluto, a teoria estruturalista concebe que o jornalista é possuidor de uma “autonomia relativa em relação a um controlo económico direto” (Traquina, 2002, p.101). Finalmente, Correia (2012) refere que os OCS se tornam num “dispositivo do processo de controlo social” (p.84), na medida em que estes reproduzem, com maior ou menor autonomia, os princípios da ideologia dominante.

Por seu turno, para a teoria interacionista, “as notícias são o resultado de um processo de produção definido como a perceção, seleção e transformação de matéria prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (Traquina, 2002, p.106). Para Traquina (2002) existem demasiados acontecimentos para noticiar, o que implica a seleção de uns em detrimento de outros, escolha essa que se baseia em critérios noticiabilidade. Num prisma bastante semelhante, Sousa (2006) refere que as “notícias resultam de um processo de perceção, seleção e transformação de acontecimentos em notícias, sob a pressão do tempo, por um corpo de profissionais relativamente autónomo e autorizado, que partilha de uma cultura comum” (p.238).

2.2 Critérios de Noticiabilidade e Valores-Notícia

A necessidade de decidir acerca dos conteúdos a noticiar coloca-se na medida em que a quantidade de informação existente ultrapassa a capacidade máxima de divulgação dos OCS. Deste modo, torna-se pertinente aprofundar os fatores que auxiliam a decisão dos jornalistas sobre aquilo que tem potencial noticiável, ou seja, perceber a dinâmica da produção de informação, o *newsmaking* (Wolf, 2001).

As investigações sobre o *gatekeeping*, como já foi mencionado, faziam corresponder o conteúdo divulgado pelos OCS ao resultado do trabalho de seleção de um “porteiro”, porém, posteriormente, passaram a relacionar “a imagem da realidade social, fornecida pelos *mass media*, com a organização e a produção rotineira dos aparelhos jornalísticos” (Wolf, 2001, p.183). Neste sentido, o *gatekeeping* difere da produção de informação, também conhecida como *newsmaking*, na medida em que este último não se refere somente “à cobertura de um acontecimento particular, mas ao andamento normal da cobertura informativa por períodos prolongados” (Wolf, 2001, p.185).

Em ambas as situações, existe uma decisão acerca das qualidades de determinado acontecimento para se tornar numa notícia, ou seja, para aferir a sua noticiabilidade. A

noticiabilidade pode ser definida como “conjunto de elementos através dos quais um órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos de entre os quais há que seleccionar as notícias” (Wolf, 2001, p.195). Os elementos referidos são os valores-notícia, o que faz deles uma componente essencial da noticiabilidade (Wolf, 2001).

Galtung e Ruge (1965) foram os primeiros a reconhecer os valores-notícia, quando colocaram a hipótese de que os acontecimentos se tornam notícias quando se adequam a critérios culturais, organizacionais e/ou ideológicos. Mais tarde, Wolf (2001) afirma que os valores-notícia são critérios que se constituem como regras de seleção, permitindo distinguir os acontecimentos que apresentam interesse e relevância suficientes para serem noticiados. Traquina (2002) também adianta uma definição deste conceito enquanto conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir valor como notícia. Deste modo, percebe-se que existem critérios de noticiabilidade que são fundamentais para determinar se um acontecimento tem ou não suscetibilidade de se tornar notícia, por outras palavras, se têm valor-notícia (Traquina, 2002). No entender de McQuail (2003), o valor-notícia é um “atributo do acontecimento noticioso, pensado pelos jornalistas como tendo potencial para transformar os factos numa «história» com um grande grau de previsão interessante para a audiência, ou algo que lhe dê uma relevância positiva” (p.345).

Após uma primeira conceptualização da noticiabilidade, vários autores procuraram esclarecer quais seriam, em concreto, os valores-notícia existentes. Galtung e Ruge (1965) referiram, nomeadamente a frequência, a amplitude do evento, a clareza ou falta de ambiguidade, a significância, a consonância, o inesperado, a continuidade, a composição, a referência a nações de elite, a referência a pessoas de elite, a personalização e a negatividade. Golding e Elliott (in Paiva, 2018) entendem que os valores-notícia tornam as notícias mais compreensíveis ao público, elencando os seguintes: drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elite e famosos. Já Wolf (2001) propõe uma divisão dos valores-notícia em quatro critérios: as características substantivas das notícias e do seu conteúdo; a disponibilidade do material e os critérios relativos ao produto informativo; o público; e, a concorrência. Gans (in Paiva, 2018) defende uma lista mais restrita, composta por importância, interesse, novidade, qualidade e equilíbrio. Por seu turno, Traquina (2002) sugere uma divisão bicategorial: valores-notícia de seleção (morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito/controvérsia); e, valores

notícia de construção (ampliação, relevância, personalização, dramatização, consonância). Finalmente, no entender de Harcup e O'Neill (2016), os valores-notícia são os seguintes: elite/poder, celebridade, entretenimento, surpresa, *bad news*, *good news*, magnitude, relevância, seguimento, agenda do jornal. Claramente existem várias aceções diferentes sobre os valores-notícia, sendo impossível estabelecer uma lista universalmente aceite.

3. Televisão

O desenvolvimento dos OCS, designadamente devido à proliferação de redes de comunicação eletrónica, tem obrigado à alteração do significado de grandes conceitos como tempo, espaço e distância, o que consubstancia uma nova morfologia da sociedade (Castells, 2004). Também importa referir que, “devido à saturação de informação, as mensagens mais eficazes são as mais simples e mais ambivalentes, [sendo que] (...) as imagens encaixam perfeitamente neste requisito” (Castells, 2010b, p.372). Tal poderá levar a crer que, um OCS baseado no audiovisual, como a televisão, será um fornecedor de informação fundamental para as pessoas, no que se refere aos assuntos da esfera pública (Castells, 2010a).

Quando surgiu, a televisão teve alguma dificuldade em quebrar a hegemonia comunicacional da rádio e da imprensa, porém, a partir de 1933 afirmou-se e passou a dominar a maior parte do mercado (Cádima, 1999). A televisão imiscuiu-se na vida dos cidadãos tornando-se o OCS mais poderoso em matéria de entretenimento e informação (Cádima, 1999; Ramonet, 2000), estando inclusivamente “ligada a grandes mutações sociais e políticas na segunda metade do século XX” (Cádima, 1999, p. 52).

A emergência da televisão tem como grande propósito a constituição de um meio de difusão (Sousa, 2006), uma vez que o seu objetivo se resumia a fazer chegar determinada informação a um público. Porém, este desígnio inicial foi há muito ultrapassado por via da evolução tecnológica, que levou à mutação da televisão para uma nova natureza, devido às possibilidades que se abrem com “a interatividade e a convergência com a informática (nomeadamente com a internet) e as telecomunicações” (Sousa, 2006, p.580). Num prisma global, a televisão permite igualdade de acesso, com a exceção do continente africano, onde a rádio ainda desempenha um papel de coesão, que não é atingido pelo poder político (Castells, 2004). A grande popularidade da televisão deve-se, para Castells (2010a), a uma “síndrome de esforço mínimo por parte do público” (p.359). Existem estudos que comprovam esta ideia e que concluem que as

peças decidem ver televisão, sem se preocuparem com o conteúdo, e que após verificarem alguns canais, irão assistir ao que preferirem, ou então ao que considerem ser menos enfadonho (Castells, 2010a). A própria televisão facilita este processo na medida em que simplifica a realidade, procedendo à “diversão, emotividade e dramatização dos assuntos que retrata” (Brandão, 2005, p.16), apresentando-os numa ótica de mercado, o que reduz os destinatários a “meros consumidores” (Brandão, 2005, p.16).

3.1 Televisão e Política

A televisão é um OCS de reconhecida popularidade, pelo que há quem se refira à sua grande disseminação como se de uma omnipresença nas habitações dos portugueses se tratasse (Sousa, 2006), sendo inclusivamente vista por Brandão (2005) como “um dos mais importantes elos sociais da sociedade e (...) a principal atividade partilhada por todas as classes sociais e grupos etários” (p.49). Apesar do advento da utilização generalizada da internet, ainda se verifica uma extrema preponderância da televisão na vida dos cidadãos. Este reforço da sua dominação muito tem a ver com as inovações de programação e distribuição, que levaram a uma reinvenção da televisão tradicional (Bainbridge, 2015) sendo a televisão o meio favorito para entretenimento e obtenção de informação, em todos os escalões etários e grupos socioprofissionais (Cardoso, Espanha, & Araújo, 2009). A primazia deste meio relativamente aos restantes OCS fundamenta-se na possibilidade da utilização da imagem (Canavilhas, 2001; Santos, 2000; Torres, 2011), por um lado; e, por outro, na “sensação de intimidade e de envolvimento pessoal” (McQuail, 2003, p.27) que se cria entre o público e os atores, apresentadores ou jornalistas que estão no écran.

A importância da televisão não se manifesta unicamente no desempenho das suas missões de informar e entreter um público, assumindo também uma enorme preponderância em algumas áreas como é o caso da política, sendo expectável pelas pessoas que os OCS, com recurso aos jornalistas e especialistas, “expliquem e interpretem as informações políticas” (Pais et al., 2013, p.205). A título de exemplo, na vitória eleitoral de Kennedy sobre Nixon para a presidência dos Estados Unidos da América, pode considerar-se que a televisão se tornou no aparelho de *agenda-setting* da política americana (Castells, 2010b). A televisão apresenta efeitos mais imediatos que os restantes OCS, pelo que pode ser encarada como “uma espécie de reorientador (*spot-lighting*) do efeito de agenda produzido pela imprensa, por exemplo” (Esteves, 2012, p.129). Esta importância é reconhecida pelos partidos e candidatos que utilizam os OCS, e em

concreto a televisão, enquanto meio de comunicação, influência e persuasão, de modo a atuar ao nível da vontade do público (Castells, 2010b). Numa visão oposta, poderá afirmar-se que os atores políticos, enquanto se mantenha a transparência e independência dos OCS relativamente ao poder político, têm de se moldar às regras, tecnologia e interesses dos OCS, podendo extrapolar-se que enquadram a política (Castells, 2010b).

3.2 Telejornal

A televisão desempenha as funções de informar, formar e entreter o público (Chermak, 2007; Sousa, 2006), sendo que, concretamente quanto à primeira, importa destacar que de entre os vários OCS a televisão constitui, ainda, a principal fonte noticiosa em Portugal (Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2014). Castells (2010b) vai ainda mais longe afirmando que, para além de receberem informação, as pessoas “formam a sua opinião política através dos OCS, e fundamentalmente através da televisão” (p.371). Além do referido, tem-se verificado uma tendência para que os OCS, principalmente a televisão, se constituam como fonte exclusiva de informação para os cidadãos, nomeadamente em relação ao Governo, aos partidos e aos políticos (Cunha & Figueiras, 2012). Na tarefa de informar, um dos pilares fundamentais é a realização de telejornais, sendo que para Bainbridge (2015), o noticiário representa a peça central e mais importante da programação de um canal de televisão.

Inicialmente, os telejornais baseavam-se numa sucessão de jornalistas que liam a sua notícia em frente à câmara, com o recurso a imagens, fotografias ou mapas (Sousa, 2006). Os temas abordados estavam circunscritos à “política nacional, à economia, ao estrangeiro e à meteorologia” (Sousa, 2006, p.169). O final da década de 1960 trouxe consigo evoluções, concretamente ao nível do vídeo, que permitiram proporcionar ao telejornal uma maior dinâmica e atualidade, levando ao seu posicionamento como programa âncora do horário nobre (Sousa, 2006). Posteriormente, ocorreu uma mutação no modelo de telejornal, com o aparecimento do *pivot-vedeta*, que apresenta todas as notícias, permitindo que este se constitua como uma “presença constante e familiar (...) que credibiliza a informação” (Sousa, 2006, p.171).

Considerando que o jornalismo também é um negócio, o fator económico da organização terá inequivocamente alguma influência. Na televisão a publicidade impõe sobretudo a lógica das audiências, seguindo a máxima, mais audiências mais receitas publicitárias (Traquina, 2005). O conteúdo noticioso do jornal televisivo pode ser influenciado pela dimensão económica, e pela apresentação de notícias com maior

interesse para um maior número de pessoas (Traquina, 2005). Isto poderá levar ao problema do sensacionalismo no jornalismo, acentuado ainda mais pela lógica da concorrência (Traquina, 2005).

Os noticiários televisivos desempenham um papel no processo de *agenda-setting* (Wolf, 2001), sendo que a seleção de notícias se encontra assente em valores-notícia como a negatividade, a violência, a espetacularidade e a emoção, o que faz com que o telejornal seja o divulgador de tais sentimentos para o seu público (Brandão, 2005). A forte concorrência entre os vários OCS acaba por levar a uma “procura do sensacionalismo a todo o custo” (Ramonet, 2000, p.102) por parte dos jornalistas.

3.3 Influência do *Citizen Journalism*

Recentemente, com a evolução tecnológica que ocorreu, principalmente ao nível dos *smartphones*, verifica-se um fenómeno de ascensão do jornalismo feito pelo cidadão (*citizen journalism*), quer ao desempenhar um “papel chave no processo de produção de notícias, como também ao constituir-se como um indicador chave dos contextos mutáveis em que as notícias são geradas, disseminadas e consumidas” (Greer, & McLaughlin, 2011, p. 1042). *Citizen journalism* é o termo utilizado para descrever o envolvimento de pessoas, não profissionais de jornalismo, no processo de criação, análise ou disseminação de notícias (Roberts, 2019). Usualmente, este fenómeno ocorre quando os cidadãos desenvolvem trabalho que tradicionalmente é função de jornalistas profissionais (Roberts, 2019), porém, fazem-no fora das organizações noticiosas e sem contrapartida salarial (Goc, 2015).

Armados com *smartphones*, BlackBerries ou iPhones, o cidadão comum é um olho que anda pelo mundo, um *citizen journalist*, capaz de tirar uma foto, adicionar um comentário ou uma pequena história e fazer o *upload* da mesma na internet para os seus amigos, e geralmente para toda a gente, para que vejam (Peat, cit. in Greer & McLaughlin, 2010, p.1045)

A capacidade referida neste excerto torna a disseminação de informação num processo muito mais dinâmico e rápido, mas ao mesmo tempo colocou em causa a posição de algumas organizações que tentam controlar as notícias (Greer & McLaughlin, 2010). A emergência das redes sociais contribui também para uma ampliação deste efeito, já que, qualquer imagem recolhida por um telemóvel pode ser imediatamente difundida

como se de um vírus se tratasse (Greer & McLaughlin, 2010). Esta capacidade leva Canavilhas e Rodrigues (2013) a considerarem que os jornalistas perderam a exclusividade da transmissão de informação com o aparecimento do *citizen journalism*, tendo isto levado a que as grandes empresas de comunicação social tenham de competir com estes cidadãos (Straubhaar et al., 2011).

Numa perspetiva diferente, alguns OCS encaram este fenómeno como uma oportunidade, dado o elevadíssimo potencial de recolha de informações (Greer & McLaughlin, 2010) e optam por abrir vias formais de comunicação para os cidadãos submeterem as informações que possuem, instrumentalizando assim o *citizen journalism* na recolha de imagens noticiáveis (Greer & McLaughlin, 2010). A este propósito, Serra e Sá (2017) afirmam que “a abertura dos programas noticiosos à participação amadora está a revelar-se um imperativo” (p.12). Não obstante das potencialidades apontadas, na opinião de Sá (2019), a “incorporação de conteúdos amadores deve ser acompanhada de processos de validação inerentes à prática formal do jornalismo” (p.45), pois, caso contrário, existe o perigo de “ser absorvido pela massa digital em vez de extrair dela apenas aquilo que materializaria o interesse coletivo” (Sá, 2019, p.45). Além disso, pode questionar-se a credibilidade das fontes e a forma como os conteúdos são tratados, ou não pelos cidadãos-jornalistas (Pais, Felgueiras, Rodrigues, Santos, & Varela, 2015).

Roberts (2019) considera que o fator mais apelativo no *citizen journalism* é a autenticidade, em virtude de, na visão do público, uma imagem recolhida por um cidadão que presenciou um qualquer acontecimento ser mais credível, ou seja, é menos provável de ter sofrido qualquer manipulação no intuito de veicular uma mensagem determinada. Greer e McLaughlin (2010) também referem a autenticidade, porém, acrescentam o imediatismo e dramatismo como características deste tipo de jornalismo. No entanto, o recurso generalizado a estas fontes por parte dos OCS poderá conduzir a alguns dissabores, uma vez que poderá estar a ser divulgada informação fragmentada ou segmentada de um acontecimento devido à possibilidade de existirem “questões reais de simulação, manipulação, partidarismo bem como falta de responsabilização” (Greer & McLaughlin, 2010, p.1045).

4. A Polícia de Segurança Pública

4.1 A PSP em funções de Manutenção e Reposição da Ordem Pública

O vocábulo Polícia revela-se polissémico, em virtude de ser utilizado em vários contextos, associado a diferentes significados (Elias, 2018). No caso concreto da PSP, significa uma corporação que procura “prevenir a ocorrência ou a propagação de situações lesivas dos interesses e valores essenciais da vida em sociedade, se necessário através da força” (Raposo, 2006, p.25).

A PSP tem como uma das suas atribuições “garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens” (Art.º 3º, número 2, alínea b da Lei nº 53/2007). No entender de Oliveira (2015) a ordem pública pode ser entendida sob o ponto de vista comum, enquanto “ausência de toda a perturbação material ou ausência de desordem” (p.32), ou numa perspetiva técnico-jurídica, porquanto se constitui como “critério inspirador de conjunto de normas (...) reguladoras dos interesses fundamentais (...) porque são indispensáveis a uma adequada convivência comunitária” (Oliveira, 2015, p.32). Estas duas perspetivas do conceito convergem, segundo o mesmo autor, na ordem pública que compete à Polícia preservar, uma vez que a sua atividade tem como objetivo manter ou repor “as condições necessárias ao exercício das liberdades individuais [passando também por garantir] a atividade regular das instituições do Estado, essenciais ao funcionamento da democracia” (Oliveira, 2015, p.57).

A competência da PSP na manutenção da ordem pública, ao nível legal, constitui-se como uma das suas três áreas de atividade, a par da prevenção ou segurança pública e da investigação criminal (Oliveira, 2015). Esta atribuição da PSP é uma concretização do monopólio do uso legítimo da força pelo Estado (Weber, 1982) e tem como fundamento “assegurar ou restabelecer as condições necessárias ao normal funcionamento das instituições democráticas, ao regular exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos e ao respeito da legalidade democrática” (Oliveira, 2015, p.61). Assim, para Oliveira (2015) a manutenção da ordem pública, em sentido mais restrito:

consiste no conjunto de operações policiais executadas pela força pública (...), com o objetivo de facilitar e/ou enfrentar ações ou eventos coletivos, organizados ou espontâneos, hostis ou amigáveis, violentos ou pacíficos, de carácter reivindicativo ou festivo, desenrolando-se na via pública ou em lugares abertos ao público. (p.62)

A Polícia é crucial na “proteção dos direitos fundamentais e liberdades dos cidadãos” (Elias, Felgueiras, & Pais, 2017, p.166) no policiamento de manifestações ou ajuntamentos, em virtude de “qualquer multidão ter o potencial para se tornar indisciplinada e violenta” (Cox, 2007, p.367). Deste modo, a PSP, tem um plano que engloba cinco níveis de atuação (Oliveira, 2015), padronizados por normas internas, devendo a manutenção da ordem estar assente num modelo de gestão negociada, baseado em “comportamentos policiais compreensivos, dialogantes e cooperativos” (Oliveira, 2015, p.333).

No entanto, para a elevada complexidade destes policiamentos contribuem ainda “situações de densidade perigosa, de reação coletiva, de ação coletiva e de atividade criminal” (Felgueiras, 2015, p.5), o que leva Felgueiras (2015) a afirmar que o planeamento de um policiamento que envolva multidões devem incluir uma perspectiva *safety*.

Apesar de ser uma estratégia que ainda não é aplicada aos eventos de cariz político, no âmbito de policiamentos de grandes eventos desportivos, existe já, da parte da polícia, a realização de conferências de imprensa que antecipam o evento e permitem transmitir informações relativas a “condicionamentos de trânsito, política de fãs, objetos proibidos, e comportamentos inapropriados que não serão tolerados” (Pais et al., 2015, p.512). Esta posição permite informar as pessoas no geral, bem como os próprios jornalistas, sobre o policiamento que será utilizado, bem como passar a imagem de uma polícia “interessada, proativa e próxima dos cidadãos (...) e reforçar a sua relação com os *media*” (Pais et al., 2015, p.512).

4.2 Relação da PSP com os Órgãos de Comunicação Social

Um dos grandes motivos que impele as polícias a preocuparem-se com a abordagem dos OCS em relação à atuação policial prende-se com o facto de grande parte da sociedade não ter contacto direto com a polícia, o que leva a que a única perceção que têm sobre a atuação desta resulte das informações transmitidas pelos OCS (Chermak, 2007; Colbran, 2014). Quando as chefias das organizações tomam esta consciência, desenvolvem estudos para compreender a influência da televisão, já que esta se constitui como um “veículo poderoso para a polícia divulgar os seus objetivos, para justificar as respostas à incidência criminal e para solicitar o auxílio do público para solucionar casos em aberto” (Chermak, 2007, p.1256). Alguns autores consideram que a Polícia se encontra estrutural e culturalmente numa posição de vantagem para o estabelecimento de uma definição

primária, relativa a determinados acontecimentos, o que, subsequentemente, lhe permite estabelecer a agenda para o debate (Greer & McLaughlin, 2011).

A PSP, reconhecendo a enorme preponderância destas matérias, engloba na sua organização alguns elementos para a prossecução da função de comunicar com os OCS, promovendo assim a imagem institucional junto destes e da população. Nesse intuito o diploma organizacional da PSP (Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto) contempla no seu Art.º 18º, número 2, um Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (GIRP), que se encontra na direta dependência do Diretor Nacional (DN). As principais atribuições deste gabinete passam pela gestão da comunicação institucional externa da PSP, ao nível interinstitucional, bem como na manutenção de comunicações com os OCS. Conjuntamente, este órgão coordena a atividade dos Núcleos de Imprensa e Relações Públicas (NIRP) que existem em todos os Comandos Territoriais de Polícia, de modo a estabelecer uniformidade nas relações externas da PSP ao nível nacional. Convém referir que o GIRP utiliza diariamente a base de dados da empresa Cision para recolher e compilar notícias de relevo, todavia, não é feita uma análise da comunicação social para ajustar o discurso que a PSP pretende passar para o público.

De forma a definir as linhas orientadoras da relação entre a PSP e os OCS, a Direção Nacional elaborou um documento, designado por Política de Informação, que define uma disponibilidade geral para a comunicação com os OCS, devendo inclusive a PSP demonstrar ter iniciativa para a difusão de informação (Polícia de Segurança Pública, 2011). A decisão de divulgar informação deve ser tomada tendo sempre presente os deveres de sigilo ou confidencialidade inerentes à função policial (Código Deontológico do Serviço Policial, Art.º 11º). Respeitando os princípios referidos, as informações difundidas devem ser genéricas, sucintas e confirmadas sobre assuntos relacionados com as missões da PSP, ou informação que “não tendo diretamente relação com a ocorrência, possa denotar a preocupação da PSP, informando sobre diligências efetuadas para controlo de danos, de apoio às vítimas ou outras diligências” (Polícia de Segurança Pública, 2011, p.7).

4.3 Discurso dos OCS sobre a Intervenção da PSP em Grandes Eventos Políticos

A atuação policial, no âmbito de grandes eventos políticos desperta o interesse dos OCS, sendo que estes atribuem uma grande importância aos eventos em que ocorrem confrontos entre manifestantes e polícia (Pais et al., 2013; Rodrigues, 2013). De facto,

pode perceber-se que os OCS tendem a considerar valores-notícia como negatividade, conflito e controvérsia, como fatores preponderantes na escolha dos eventos noticiáveis, estando intimamente relacionados com violência física e escândalo (Pais et al., 2015; Rodrigues, 2013).

O discurso dos OCS tem-se revestido por uma componente eminentemente descritiva. Rodrigues (2013) refere que a maior parte do tempo de antena das notícias consiste na “explicação, caracterização e descrição dos acontecimentos” (p.66), descurando “os objetivos que se pretendiam alcançar com a realização dos eventos” (Pais et al., 2015, p.507).

Importa desde logo destacar que “a PSP não foi a fonte de informação privilegiada pelos OCS para apresentação do seu discurso em primeira mão” (Pais et al., 2015, p.502). A tendência verificada foi para os manifestantes serem os atores que mais oportunidades tiveram para falar em discurso direto (Rosado, 2014), tendência permite que sejam eles a “definir as estruturas inferenciais primárias nos casos em que ocorrem conflitos” (Rosado, 2014, p.53). Apesar de possuir menor número de oportunidades para discursar a viva voz, a PSP é uma das fontes mais citadas, isto é, a sua posição sobre os assuntos noticiados é apresentada mediante discurso indireto (Rosado, 2014). Costa (2015) ressalva que esta situação poderá levar a um enviesamento desta informação, “uma vez que, não é assegurado que as suas posições sejam replicadas na íntegra” (Costa, 2015, p.52).

Relativamente ao discurso apresentado relativamente à atuação policial, são apresentadas várias críticas pelos manifestantes e por políticos (Pais et al., 2015; Rodrigues, 2013; Serra, 2012), sendo que no caso destes últimos, “são feitas por elementos da oposição ao governo, nomeadamente de partidos mais à esquerda no espectro político” (Pais et al., 2015, p.503). Em oposição, o discurso dos membros do governo tende a não criticar a atuação policial, “que deixa transparecer um apoio incondicional e generalizado” (Serra, 2012).

Concretamente em relação à polícia, os OCS tendem a efetuar uma descrição da sua atuação, destacando os resultados e as consequências que se verificaram (Pais et al., 2015; Serra, 2012). Rodrigues (2013) e Serra (2012) constataram a existência de um grande número de críticas relativas à atuação da PSP, sendo esse facto agravado por não ser dado um destaque aos factos que estiveram na base dessa mesma atuação (Pais et al., 2015; Rodrigues, 2013; Serra, 2012). Tudo isto pode contribuir para uma impressão distorcida do que faz a polícia, condicionando a “opinião do público face à atuação policial” (Rodrigues, 2013, p.66).

5. Problema de Investigação

Partindo da premissa que as informações veiculadas pelos OCS representam, em larga medida, a principal fonte de informação a que a população acede (McQuail, 2003; Pais et al., 2015), e apesar de nos situarmos já longe da ideia de a sociedade de massa ser totalmente moldada pelos OCS, a verdade é que estes acabam por influenciar as pessoas sobre os assuntos em que devem pensar (McQuail, 2003). Por outras palavras, os OCS “são produtores de significado, não meros dispositivos reprodutores ou refletores de significado” (Pais et al., 2013, pp. 205-206). Nessa lógica, pode depreender-se que os OCS fornecem “mapas de significado” (Pais et al., 2013, Pais et al., 2015) ao público, possibilitando assim, uma contextualização, bem como a tomada de posição relativamente a determinado tema (Pais et al., 2015).

Neste contexto, faz sentido que a Polícia se debruce sobre esta temática, sob pena de perder o controlo acerca do que é dito sobre si e sobre as suas atuações, o que a jusante será fator decisivo na imagética institucional e na perceção de legitimidade da ação policial por parte da população. Esta pertinência relaciona-se com o interesse da televisão em reportar histórias de “conflito e adversarialismo, em detrimento de histórias realmente importantes sobre concordância e conciliação” (Goldman, 1999, p. 341). De facto, existe uma crescente consciencialização de que uma cobertura mediática negativa tem um impacto negativo na confiança da população relativamente à polícia, tornando-se clara a necessidade de investir em estratégias de comunicação de risco, por forma a permitir a inclusão da perspetiva policial nas notícias (Greer & McLaughlin, 2011; Mawby, 2002). Assim, tem sido crescente a atenção dispensada pela PSP relativamente ao impacto que as informações veiculadas através dos OCS têm “sobre a perceção pública de legitimidade e autoridade do seu trabalho” (Pais et al., 2015, p.498). Esta preocupação com as notícias dos OCS relaciona-se com a capacidade que estes possuem de liderar um processo dinâmico, denominado “*trial by media*” (Greer & McLaughlin, 2011, p.28) que consiste na condenação de alguém, aos olhos de um “tribunal” da opinião pública. Além disso, os OCS contemporâneos têm capacidade para exercer influências nocivas, para desencadear surtos de massa, bem como para produzir efeitos psicológicos prejudiciais (Jewkes, 2004).

Abundam nos OCS imagens da polícia, seja no âmbito noticioso ou de entretenimento (filmes, séries, novelas), e, por vezes, as representações do trabalho e dos próprios elementos são imprecisas constituindo-se como desinformação para o público, o que pode redundar na formação de uma opinião pública errónea (Perkins, 2007). A

tendência dos programas noticiosos está relacionada com a caracterização dos polícias enquanto “*crime fighters*” [combatentes do crime] (Perkins, 2007, p. 776), procedendo ao relato de casos em que a polícia está a trabalhar, ou que já resolveu com sucesso, contribuindo para que seja transmitida, maioritariamente, uma imagem positiva destas corporações (Chermak, 2007; Perkins, 2007). Porém, importa perceber que os noticiários apresentam uma “filtrada e talvez sensacionalista visão do trabalho policial” (Cronin & Kane, 2007, p.1082). No entanto, este aparente sucesso policial, se exacerbado em demasia, quer nas notícias quer através dos programas de entretenimento, poderá levar à criação de expectativas irrealistas que a polícia não será capaz de cumprir (Perkins, 2007), o que também poderá afetar a imagética institucional. Este efeito é aumentado pelo facto de os OCS não serem meros espelhos dos acontecimentos, já que “constroem representações e relatos da realidade que são configurados pelos constrangimentos que emanam das convenções, ideologias e formas de organização típicas das empresas jornalísticas” (Correia, 2012, p.83).

Cronin e Kane (2007) defendem que a forma como as pessoas veem o trabalho da polícia pode determinar não só a legitimidade percebida, como também influenciar a dimensão e qualidade da cooperação dos cidadãos com a polícia. Os mesmos autores defendem ainda que num caso extremo, uma imagem demasiado negativa da polícia poderá levar a sociedade a um ponto em que o desrespeito pela autoridade se torne a norma, ao invés da exceção, na relação polícia-cidadãos (Cronin & Kane, 2007).

No contexto das informações divulgadas pelos OCS, a presente investigação cingiu-se aos grandes eventos de matriz política, delimitação que tem vários motivos. Em primeira instância, uma investigação desta índole não poderia abarcar as várias tipologias de intervenção que a PSP opera. Por outro lado, como referiram Pais et al. (2015) o elevado número de pessoas presentes em manifestações, bem como as motivações que as impelem ao protesto, são de tal forma atrativos para os OCS, que levam a que o serviço quotidiano da polícia não tenha espaço no calendário restrito destes órgãos.

O caso concreto das manifestações públicas tem o potencial para desencadear a ocorrência de violência (por parte de manifestantes, contramanifestantes ou polícia), ou, no limite, transformar-se num motim, o que permite aos OCS a recolha de imagens dramáticas noticiáveis (Greer & McLaughlin, 2010). A propósito da noticiabilidade dos acontecimentos, já foi referida a existência de alguns valores-notícia que permitem perceber o interesse neste tipo de ocorrências e imagens, como a amplitude do evento (Galtung & Ruge, 1965), a negatividade (Galtung & Ruge, 1965; Golding & Elliot, cit in

Paiva, 2018), o conflito (McGregor, 2002; Traquina, 2002), as *bad news* (Harcup & O'Neill, 2016) e o drama (Golding & Elliot, cit in Paiva, 2018).

Concretamente para esta investigação interessa estudar manifestações políticas que se enquadrem no conceito de grande evento emanado pela United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI) (International Permanent Observatory on Security during Major Events, 2007). Deste modo, o grande evento que importa estudar pode requerer, ou não, cooperação internacional, devendo conter pelo menos uma das seguintes características: “significado histórico, político ou popularidade; grande cobertura mediática e/ou presença dos media internacionais; participação de cidadãos de diversos países e/ou possível grupo-alvo; participação de VIP e/ou altas entidades; grande número de pessoas” (International Permanent Observatory on Security during Major Events, 2007, p.8). Numa abordagem mais recente acerca dos grandes eventos, também são consideradas as seguintes características: necessidades de segurança extraordinárias; tendência para ocorrer em locais urbanos; podem ser regulares ou irregulares (ao nível espacial e temporal); tendem a dominar outros planeamentos de segurança; demandam meios de segurança que ultrapassam os rotineiros e podem produzir alterações nas medidas de segurança do policiamento quotidiano (The House Consortium, 2014).

Este estudo considerou os restantes trabalhos da Linha de Investigação dedicada ao estudo da perceção dos OCS sobre a atuação da PSP no âmbito de grandes eventos de cariz político do Laboratório de Grandes Eventos do ISCPSP, de modo a poder replicá-los, com o intuito de permitir uma análise comparativa entre o discurso dos OCS relativamente a grandes eventos políticos, decorridos em duas épocas temporais distintas e contextos sociopolíticos também distintos. Pretende-se descrever os “esquemas interpretativos que as notícias providenciam” (Pais et al., 2015, p. 498). Portanto, com este estudo pretendeu-se responder às seguintes questões de investigação: Qual o discurso televisivo sobre os policiamentos em manifestações políticas durante o ano de 2019? Que tipo de imagens foram utilizadas para noticiar, nesses eventos, a atuação policial? Existem diferenças nos discursos produzidos considerando os dois momentos sociopolíticos (2011-2013 a 2019)? A existirem diferenças nos discursos, poder-se-ão fazer inferências tendo por base as diferentes realidades sociopolíticas?

CAPÍTULO II – MÉTODO

O método é o caminho “apropriado e validado” (Santo, 2010) da investigação. Quando se fala de método fala-se, precisamente, do conjunto de procedimentos que o investigador deve levar a cabo por forma a cumprir o objetivo a que se propôs, respondendo às questões de investigação. Uma das definições possíveis do conceito de método, apresentada por Marconi e Lakatos (2003) postula tratar-se de um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem atingir um objetivo, delineando o caminho a percorrer (Markoni & Lakatos, 2003).

Tendo por base que o fator determinante para a escolha do método é o problema de investigação e, atendendo à natureza comparativa desta investigação, recorreu-se ao método qualitativo, replicando os estudos realizados por Rodrigues (2013), Rosado (2014) e Serra (2012). Neste sentido, partindo da análise de notícias televisivas sobre intervenções policiais em eventos políticos, pretende-se realizar uma discussão dos resultados que permita fazer algumas inferências, à semelhança daquilo que já foi efetuado pelos estudos mencionados.

1. *Corpus*

O nosso universo de estudo, entendido como o “género de documentos sobre os quais se pretende efetuar a análise” (Bardin, 2011, p.122) é constituído por notícias dos telejornais que versam sobre a atuação policial no âmbito de grandes eventos políticos. Partindo desta definição, foi possível delimitar “o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2011, p.122), por outras palavras, o *corpus*, a 37 notícias que abordam a atuação policial, transmitidas nos telejornais das 13h e das 20h, nos canais RTP1, SIC e TVI, ao longo do ano civil de 2019, no âmbito dos seguintes grandes eventos: Manifestação dos Sapadores (14 de janeiro); “Em nome da Jamaica” (21 de janeiro); Manifestação Nacional da Administração Pública (10 de maio); Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas (12 de agosto); Greve Climática (27 de setembro) e Manifestação das Forças de Segurança (21 de novembro). O acesso aos dados, bem como a sua pesquisa foram efetuados através da base de dados da empresa Cision através da conta da PSP. Esta base de dados contém todas as notícias nacionais e internacionais que são transmitidas nos vários OCS nacionais (nas plataformas televisão, imprensa, *online*, rádio ou TV online).

Para a definição deste *corpus* foram tidos em consideração os quatro critérios (exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência) que Bardin (2011) postula como fundamentais e imprescindíveis para a sua validade. Relativamente à regra da exaustividade, segundo a qual, depois de estabelecido o *corpus*, não se pode deixar de fora qualquer elemento (Bardin, 2011), ela foi respeitada, na medida em que foram analisadas todas as 37 notícias. No que concerne à regra da representatividade, que respeita ao processo de amostragem (Bardin, 2011), não se afigura aplicável à presente investigação, uma vez que não foi constituída uma amostra. Seguidamente, o critério de homogeneidade, que se reporta à existência de critérios precisos na seleção dos documentos (Bardin, 2011), também foi preenchido uma vez que todas as notícias foram selecionadas tomando por base os mesmos critérios de seleção (vd. 3 Procedimento). Finalmente, a pertinência significa que os documentos devem ser adequados aos objetivos a que a análise se propõe (Bardin, 2011), o que também se pode verificar no *corpus*, já que na sua totalidade abordam a atuação policial em grandes eventos políticos. Posto isto, o respeito pelos critérios de Bardin (2011) garante a validade do *corpus* para o desenvolvimento desta investigação.

2. Instrumento: Análise de Conteúdo

No entender de Berelson (cit. in Santo, 2010), pioneiro na abordagem deste instrumento, “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que procura uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (p.67), por outras palavras, é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2011, p.33). Fala-se em qualquer tipo de comunicação, entendida enquanto veículo de significados de um emissor para um recetor (Bardin, 2011), dado que a análise de conteúdo pode ser utilizada em obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, atas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco diretivas (Quivy & Campenhoudt, 2005). Neste sentido, esta técnica permite analisar as comunicações através da sua classificação temática ou categorial, auxiliando assim a compreensão do que está implícito nos discursos (Silva & Fossá, 2015). A sua utilização implica que, na definição das categorias de análise, o investigador não descure um estrito rigor e comportamento ético (Silva & Fossá, 2015). Krippendorff (2004) refere que este instrumento permite realizar inferências replicáveis e válidas sobre textos e em relação ao contexto em que se inserem, proporcionando um conhecimento mais profundo de um fenómeno particular. Relativamente à sua aplicação para

investigações sobre os OCS, McQuail (2003) menciona que esta técnica possibilita a “descrição sistemática, quantitativa e objetiva dos textos mediáticos, útil para certas finalidades de classificação da produção, procura de efeitos e de comparações entre os media, ao longo do tempo ou entre o conteúdo e a «realidade»” (pp.497-498). A análise de conteúdo, é então uma técnica que torna possível a elaboração de uma “sistematização de informação, de acordo com a aplicação de processos de codificação, categorização e inferência permitindo um alcance analítico de natureza (...) inferencial” (Santo, 2010, p.66)

Bardin (2011) apresenta uma divisão das tarefas analíticas em três níveis: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A fase de pré-análise consiste numa sistematização das ideias suscitadas pelo quadro referencial teórico, estabelecendo desse modo os indicadores que permitem interpretar a informação sob análise (Bardin, 2011). Para este desiderato, esta fase é composta por leitura flutuante; escolha dos documentos; formulação das hipóteses ou objetivos; e elaboração de indicadores (Bardin, 2011). A tomada de decisão sobre os dados a sujeitar a análise deve respeitar as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (Bardin, 2011). A segunda fase, de exploração do material, “não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas” (Bardin, 2011, p.127), ou seja, “a construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas” (Silva & Fossá, 2015, p.4). Finalmente, a fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação consiste no emprego de operações, que diferem consoante o tipo de análise pretendido, sobre os dados em bruto, por forma a torná-los significativos e válidos (Bardin, 2011).

Finalmente, tendo em conta que esta investigação se constitui como uma replicação de estudos anteriores, seguiu os mesmos trâmites desses estudos. Não obstante, para que também esta investigação seja replicável, é imprescindível que todos os passos sejam “claros e justificados” (Pais, 2004, p.251), porque a replicabilidade está assente no seguimento de “regras explicitamente declaradas e aplicadas igualmente a todas as unidades de análise” (Krippendorff, 2004, p.19). A replicabilidade é uma característica importante, dado permitir que outros investigadores possam chegar aos mesmos resultados (fiabilidade intra codificador), ou que o mesmo investigador consiga apurar os mesmos resultados em momentos distintos (fiabilidade inter codificador) com a aplicação

da mesma técnica aos mesmos dados, constituindo-se como a “mais importante forma de confiabilidade” (Krippendorff, 2004, p.18).

3. Procedimento

O acesso às notícias passíveis de incorporarem o *corpus* desta investigação foi conseguido através da base de dados da empresa Cision, através da conta da PSP. O acesso a esta base de dados, mediante autorização prévia do senhor Diretor Nacional Adjunto para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos, foi viabilizado pelo GIRP da Direção Nacional através de ofício (vd. Anexo 1).

Após aceder à base de dados, foram realizadas oito pesquisas mediante a utilização dos descritores: “manifestação”, “policiamento”, “polícia”, “protesto”, “PSP”, “clima”, “bombeiros” e “greve geral”. Seguindo as indicações disponíveis na base de dados, todas os descritores foram pesquisados entre aspas, de modo a que os resultados se restringissem às exatas palavras ou expressões inseridas. Relativamente aos filtros de pesquisa que a base de dados permite aplicar, foram estipulados os seguintes: data da publicação (de 2019-01-01, a 2019-12-31); media (TV); País (Portugal); OCS (RTP1, SIC, TVI). Os resultados das pesquisas efetuadas, por cada descritor, foram os apresentados no anexo 2.

Para compilar as 905 notícias sobre os eventos em análise foi utilizada a opção exportar para Excel, disponível na base de dados. Após colocar todas as notícias na mesma folha de Excel, utilizou-se a função ordenar dados, pelo número de identificação que a base de dados atribui a cada notícia, de modo a poder evitar a redundância de notícias provenientes de diferentes descritores, o que levou à exclusão de 782 notícias, tendo restado 123. Finalmente, uma vez que o objeto desta investigação é a atuação policial, foram excluídas 86 notícias por se reportarem à marcação e preparativos para o evento; descrições de como está a decorrer ou decorreu o evento; acontecimentos paralelos, mas relacionados com o evento (e.g. discursos políticos e comentários de especialistas) e, acontecimentos posteriores ao evento (e.g. marcações de julgamentos dos detidos) (Rodrigues, 2013; Rosado, 2014; Serra, 2012). Assim, remanescem 37 notícias (12 da RTP 1, 14 da SIC e 11 da TVI) que foram integralmente transcritas, constituindo-se como a totalidade do *corpus* em análise.

Relativamente ao quadro categorial (vd. Anexo 4), é importante referir que se recorreu à mesma grelha utilizada por Rosado (2014), por ser a mais recente. Não obstante, a análise dos vários textos e a sua codificação não foi um processo fechado, mas

sim misto (Pais, 2004), ao deixar sempre em aberto a possibilidade de alteração de algumas categorias, mantendo “uma atitude expectante relativamente ao que os materiais iriam deixar ver, definindo-se categorias emergentes do próprio *corpus*” (p.254).

A análise do *corpus* e a sua categorização foram realizadas tendo em vista corresponder às regras de fiabilidade intra codificador, relacionada com a estabilidade dos resultados (Krippendorff, 2004; Weber, 1990), e inter codificador, atinente ao critério da reprodutibilidade (Weber, 1990). Assim, para assegurar a validade dos dados recolhidos, procedeu-se à leitura e categorização dos conteúdos em três momentos distintos no tempo (intra codificador). Já no que concerne à fiabilidade inter codificador, recorreu-se à colaboração de três juízes independentes, que procederam à categorização dos dados. Neste sentido, para além de se assegurar a fiabilidade do codificador (intra e inter), procurou-se também garantir a validade de todo o processo e, conseqüentemente, a sua qualidade (Bardin, 2011; Krippendorff, 2004; Weber, 1990).

Pelo facto de se estar a trabalhar com notícias televisivas, não faria sentido desaproveitar toda a potencialidade deste meio limitando a análise de conteúdo às notícias transcritas, uma vez que estas recorrem a “informações, narrativas, som e imagens para ilustrar o tema e fornecer o necessário desenvolvimento” (Weaver, 1999, p.299). Assim, e seguindo o procedimento metodológico de investigações anteriores, também as informações que surgem em rodapé foram objeto de tratamento, bem como as imagens que são apresentadas. Deste modo, a categorização foi efetuada em três momentos distintos. As transcrições das notícias e dos textos dos rodapés foram categorizadas com recurso à grelha categorial (vd. Anexo 4), mas analisadas em separado.

Relativamente às imagens, foi efetuada uma “simples contabilização” (Serra, 2012, p.49). Portanto, a cada mudança de tipo de imagem é contabilizada uma unidade de registo (u.r.), independentemente do tempo de duração, consoante a grelha categorial (vd. Anexo 5) já utilizada por Rosado (2014). À semelhança do procedimento relativo à grelha categorial utilizada para o corpo do texto e rodapés, também aqui foi realizado um procedimento misto (Pais, 2004). Neste sentido, levando em consideração que um grande número de imagens sobre a polícia não se enquadrava em nenhuma das subcategorias já existentes, e de forma a cumprir os pressupostos de exclusividade e exaustividade (Vala, 1990), foram criadas duas novas subcategorias (G.5 Visibilidade, e G.6 Preparação), procedimento que contou com a colaboração dos juízes independentes. A subcategoria “Visibilidade” compila as imagens de polícias, apeados ou em viatura, em missão de

visibilidade, sem contactar com manifestantes. Já a subcategoria “Preparação” mostra o desempenho de tarefas preparatórias preventivas (e.g. colocação de grades).

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O ano 2019 foi marcado por várias manifestações de cariz político promovidas pelos mais diversos setores da sociedade. Todavia, como inclusive já foi explicitado no capítulo referente ao método, apenas poderiam ser estudados os protestos que subsumem a definição de grande evento adotada para esta investigação. Os procedimentos seguidos para a constituição do *corpus* desta dissertação conduziram aos seguintes resultados: Manifestação dos Sapadores (três notícias); “Em nome da Jamaica” (sete notícias); Manifestação Nacional da Administração Pública (três notícias); Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas (dez notícias); Greve Climática (cinco notícias) e Manifestação das Forças de Segurança (nove notícias). Esta distribuição de resultados será contextualizada previamente à análise concreta dos dados recolhidos.

A atuação policial nestas manifestações realizou-se de formas muito distintas. Em três eventos, Manifestação dos Sapadores, “Em nome da Jamaica” e Greve Climática, houve necessidade do uso da força por parte da polícia no âmbito das suas competências de manutenção e reposição da ordem pública, o que pode ser enquadrado pelos valores-notícia negatividade/negativismo (Galtung & Ruge, 1965; Golding & Elliott, cit in Paiva, 2018), conflito/controvérsia (Traquina, 2002) e *bad news* (Harcup & O'Neill, 2016). Portanto seria expectável que existissem muitas notícias sobre a intervenção policial, à semelhança do que é indicado por Pais et al. (2015), Rodrigues (2013) e Rosado (2014). Porém estes eventos apenas constituem 40,54% do *corpus* ($n=15$).

Por outro lado, importa compreender o motivo pelo qual aos eventos Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas e Manifestação das Forças de Segurança, correspondem 51,35% do *corpus* ($n=19$), apesar de não ter ocorrido qualquer confronto entre manifestantes e polícia. Podem adiantar-se duas razões fundamentais que podem fazer parte da explicação para estes valores, os eventos similares anteriores bem como o dispositivo de segurança utilizado.

Explicitemos, o primeiro motivo relaciona-se com o fator histórico e foi bastante importante na mediatização destes eventos. Relativamente à Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas, em abril de 2019 o país atravessou uma crise energética na sequência de uma greve destes mesmos profissionais. A escassez de combustíveis levou à acumulação de viaturas junto dos postos de abastecimento, bem como de alguns episódios de violência para disputar o acesso aos combustíveis. Já no caso da Manifestação das

Forças de Segurança, a última grande manifestação destes profissionais, em 2013, ficou marcada pelo momento em que os manifestantes romperam a barreira policial e subiram a escadaria da Assembleia da República, acontecimento que levou à demissão do DN da PSP.

O segundo motivo prende-se com o dispositivo de segurança que foi montado para responder às dificuldades que se antecipavam nestes dois eventos. No caso da Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas, foram empenhados cerca de 11 mil polícias da PSP e da Guarda Nacional Republicana (GNR). Relativamente à Manifestação das Forças de Segurança, para além do enorme dispositivo policial, foram empregues medidas de segurança extremas, nomeadamente a criação de uma barreira composta por grades antimotim e blocos de betão.

Neste contexto, é possível que os OCS antecipassem que estas novas manifestações poderiam ter um desenvolvimento semelhante às anteriores, o que levou ao interesse em noticiá-las. Apesar de não se ter consumado nenhuma das hipotéticas ameaças que estas manifestações teriam capacidade para representar, são ainda do interesse dos OCS no âmbito de valores-notícia como relevância, controvérsia (Traquina, 2002) e magnitude (Harcup & O'Neill, 2016).

Veja-se, agora, o que a análise das notícias permite afirmar, fazendo uma análise tripartida: corpo das notícias, rodapés e imagens.

1. Corpo das Notícias

1.1. Visão Geral

Após a categorização da transcrição das 37 notícias que compõem o *corpus* da investigação chegou-se a um total de 1221 unidades de registo (u.r.) que serão apresentadas em percentagens (arredondamento efetuado às centésimas) e analisadas.

A Figura 1 apresenta a distribuição das u.r. pelas categorias utilizadas, permitindo uma visão geral da distribuição dos resultados. É possível afirmar que o discurso dos OCS deu prevalência à transmissão de informações que descrevem ou caracterizam os eventos (Categoria F = 29,89%), às declarações proferidas por atores de viva voz (Categoria C = 24,90%), bem como às informações relacionadas com a polícia (Categoria B = 16,13%). É importante referir que o elevado destaque da informação relativa à PSP já era expectável, tendo em consideração que o objeto de estudo se reporta ao discurso dos OCS sobre a sua atuação.

Entretanto, a subjetividade que revestiu o discurso dos OCS sobre estes eventos também merece uma análise mais pormenorizada. Recorrendo novamente à Figura 1, pode verificar-se que é uma das categorias com menor número de u.r. (Categoria G = 7,21%), o que significa que existiu um cuidado com a linguagem utilizadas pelos jornalistas, por forma a apresentarem as notícias com isenção. Não obstante, apesar de menos frequentes, foi possível encontrar expressões que, como nos descrevem Pais et al. (2015), diziam “respeito a atribuições e causalidades implícitas, feitas para descrever as diversas ocorrências, concebidas pelos jornalistas ou reformuladas a partir das fontes” (p.505). Isto vem de alguma forma contrariar a noção do jornalista como um mero reprodutor da realidade (Martins, 2017), dado que não é um observador passivo, mas sim um participante ativo (Traquina, 2002). Neste sentido, apesar de aparentar ser um valor baixo, comparativamente com as demais categorias, não deve ser desvalorizado, uma vez que, dada natureza desta característica do discurso, idealmente, deveria ter um valor próximo de zero.

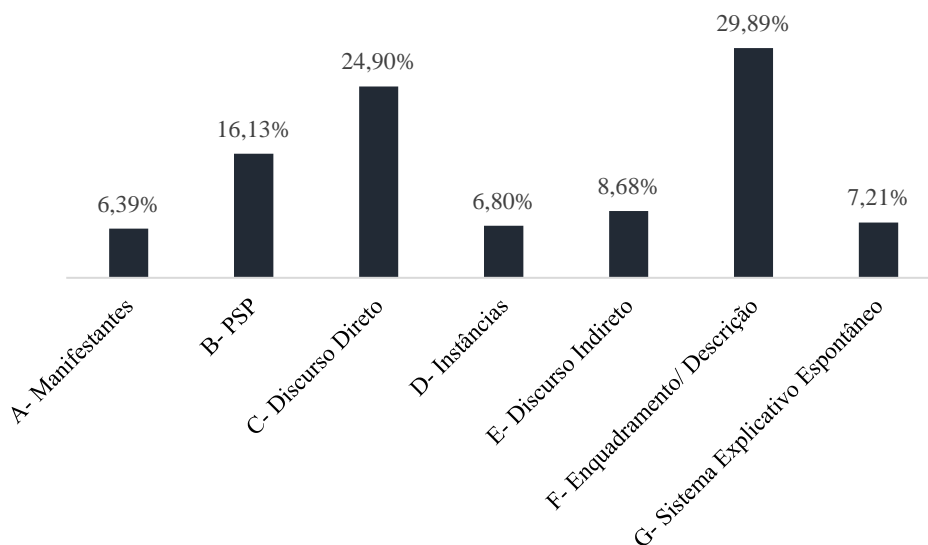


Figura 1. Distribuição percentual das u.r., por categoria, no corpo das notícias.

No intuito de sistematizar a análise, facilitando também a compreensão dos dados, ao invés de apresentar todas as categorias isoladamente, estas foram reunidas em três grupos: fontes de informação, os eventos e os participantes nos eventos.

1.2. Fontes de Informação

Em primeiro lugar serão apresentados os resultados que dizem respeito às fontes de informação, que foram apurados através das categorias relativas ao discurso direto

(Categoria C), ao discurso indireto (Categoria E), às instâncias (Categoria D) e ao sistema explicativo espontâneo (Categoria G).

No que concerne ao discurso direto, esta categoria contempla todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso direto, isto é, a quem os OCS dão voz. Como se pode constatar na Figura 2, a polícia não se constituiu como uma fonte privilegiada, à semelhança do que haviam constatado Pais et al. (2015), Rodrigues (2013), Rosado (2014) e Serra (2012).

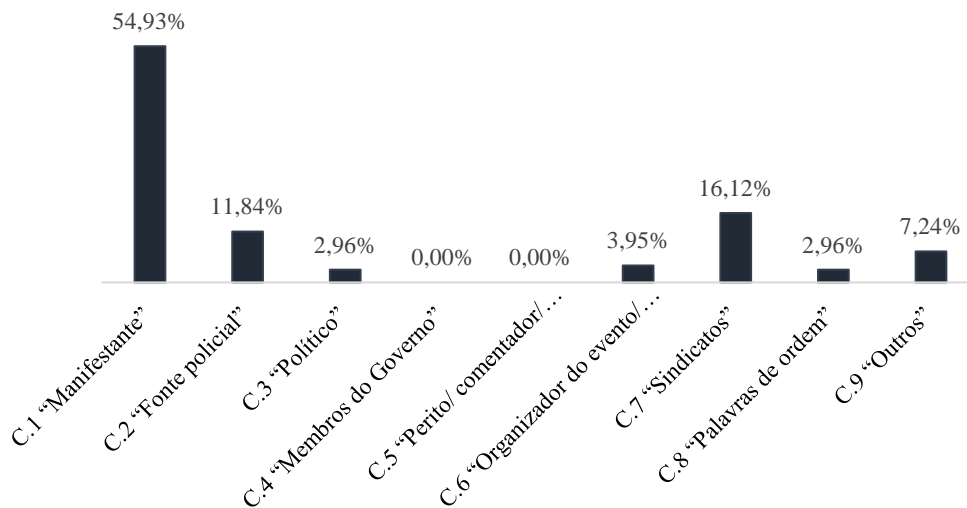


Figura 2. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Discurso Direto", no corpo das notícias.

De facto, pode observar-se que as declarações dos manifestantes e dos sindicatos dominaram as notícias, sendo que os manifestantes são os intervenientes mais ouvidos (C.1= 54,93%; e.g. *"Nós mesmo em greve não deixamos de socorrer ninguém"*, notícia 2), resultado semelhante à investigação de Pais et al. (2013). A grande diferença entre os manifestantes e os restantes intervenientes pode dever-se ao facto de estarem presentes em maior número, por serem mais facilmente seduzidos a falar devido à sua proximidade pela causa em luta, e por estarem mais próximos de focos de conflito, funcionando como uma fonte de informação mais imediata (Rosado, 2014). Importa evidenciar que, no discurso dos manifestantes, 13,77% das u.r. representam críticas negativas em relação à atuação da polícia (e.g. *"É o que eu estou-lhe a dizer, eles foram malandros o suficiente para meter agentes para fazer o trabalho que a manifestação devia fazer"*, notícia 9) e há apenas uma u.r. (0,6%) em que o manifestante expressa uma opinião positiva (*"Mas também temos que reconhecer que a polícia foi muito paciente também"*, notícia 9).

Os sindicatos foram, então, os segundos intervenientes com mais tempo de antena (C.7 = 16,12%; e.g. *"E ainda que custe muito ao Doutor André Almeida, temos pena, vai*

ter que levar comigo até ao fim”, notícia 17). Apesar de terem bastantes oportunidades para falar, quando o fazem, os assuntos são relacionados com reivindicações ou críticas ao Governo, sendo que, apenas em 4,08% das ocasiões criticam a polícia. As críticas dos sindicatos reportam todas à Manifestação das Forças de Segurança e versam as extraordinárias medidas de segurança que foram adotadas por parte da polícia (e.g. *“Aquilo que mais parece um presídio militar que uma assembleia*”, notícia 29).

A polícia surge como o terceiro interveniente com maior número de u.r. (C.2 = 11,18%; e.g. *“Esta manifestação, sabe-se, está relacionada com os acontecimentos de ontem*”, notícia 7). Todavia, comparativamente com os manifestantes, foram muito menos ouvidos, o que constitui, à semelhança do que foi apurado por Rosado (2014), uma “clara desvantagem do lado da PSP” (p.42). Mais concretamente, de todos os eventos que compõem o *corpus*, a polícia apenas obteve u.r. na subcategoria discurso direto na manifestação “Em nome da Jamaica”, nomeadamente através do Comissário Tiago Garcia, apresentado como porta-voz do Comando Metropolitano de Lisboa. A grande diferença entre o discurso direto de polícias e manifestantes, apesar de não se ter verificado um cunho marcadamente negativo nas palavras dos últimos, poderá levar a um enviesamento das notícias, uma vez que não se proporciona ao público uma visão total dos eventos que inclua, de forma equitativa, declarações dos mais importantes participantes. A este propósito importa lembrar que a opinião pública sobre o trabalho policial é, em larga medida, influenciada pelas notícias dos OCS, uma vez que não contactam diretamente com ela (Chermak, 2007).

Apresentando valores ainda mais baixos, é dada voz a outros participantes nas manifestações (C.9 = 7,24%) e aos organizadores do evento (C.6 = 3,95%; e.g. *“Nós vamos resistir passivamente e sempre pacificamente*”, notícia 28). Surgem também as palavras de ordem (C.8 = 2,96%; e.g. *“Polícia, unida, jamais será vencida*”, notícia 35) que foram utilizadas em simultâneo com a exibição de imagens de manifestantes. A sua utilização ocorreu em dois momentos distintos: nas transições entre o relato do jornalista e o discurso direto de um manifestante ou numa pausa propositada do jornalista para se ouvirem palavras de ordem que fossem ao encontro do seu relato.

Também menos ouvidos na primeira pessoa, seguem-se os políticos (C.3 = 2,96%; e.g. *“Nós temos compromissos assumidos para o encerramento das centrais de carvão*”, notícia 25).

Em relação aos políticos (C.3) e aos membros do Governo (C.4), os resultados apurados foram surpreendentemente baixos. No caso dos políticos não se verificou

qualquer observação relativamente à atuação policial, uma vez que se limitaram a abordar as matérias que estão na base da manifestação. Em estudos passados verificou-se que os políticos de partidos do espectro mais esquerdista tendem a criticar a atuação policial (Pais et al., 2013; Pais et al., 2015). Não obstante, os resultados apurados através da análise do *corpus*, não apresentaram essas críticas e isso poderá estar relacionado com fatores de ordem sociopolítica. Por um lado, as manifestações ocorridas em 2019 não obrigaram a uma intervenção policial tão robusta, pelo que, também não causaram tanta polémica. É importante relembrar que as manifestações ocorridas entre 2011 e 2013 decorreram num momento de forte debilidade do país, acompanhado pelo pedido de ajuda externa que culminou com a vinda da *Troika*, com níveis de desemprego muito elevados (2011=12,7%; 2012=15,5%¹), o que, de certa forma, pode ter influenciado os manifestantes a demonstrarem comportamentos mais agressivos, influenciando também a perceção dos OCS sobre os eventos. Por outro lado, a realidade política do país é também ela diferente, pois em 2011, 2012 e 2013 o governo era composto por uma coligação entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Popular (PP), partidos de conotação centro-direita, o que justifica as críticas provenientes dos partidos mais à esquerda, uma vez que pertenciam à oposição. O Governo de 2019, liderado pelo Partido Socialista (PS), não tem maioria absoluta, motivo pelo qual chegou a um entendimento com alguns partidos mais à esquerda, Bloco de Esquerda (BE) e Partido Comunista Português (PCP). Esta solução governativa manteve-se após as eleições legislativas realizadas em outubro, pode ter influência para esta investigação na medida em que poderá ter contribuído para que os partidos que habitualmente são mais críticos em relação à atuação da polícia, não emitam essas opiniões por estarem associados ao poder vigente. Atendendo ao que já foi referido, a ausência de u.r. referentes aos membros do Governo poderá estar associada à ausência de distúrbios com as dimensões verificadas em 2011, 2012 e 2013, bem como ao tipo de discurso veiculado pelos OCS, que divulgaram os motivos da intervenção da polícia, contribuindo para uma legitimação do uso da força e conseqüente diminuição da necessidade de justificação por parte do Governo.

Consultando a Figura 3, relativa ao discurso indireto, os OCS novamente dão primazia aos manifestantes (E.1 = 29,95%; e.g. “*os manifestantes garantem que ninguém*

¹ Instituto Nacional de Estatística
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt, acedido em 23 de março de 2020

arremessou pedras”, notícia 10). Ou seja, além de, como acabou de se ver, os manifestantes sejam ouvidos na primeira pessoa, os OCS apresentam também bastantes reformulações das verbalizações dos manifestantes. Os sindicatos são os segundos intervenientes mais parafraseados (E.8 = 24,53%; e.g. *“Paulo Rodrigues da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia admite que é natural a criação de um esquema de segurança fora do comum*”, notícia 16). Não se verificou qualquer referência negativa à atuação da PSP quer por parte dos manifestantes, quer dos sindicatos.

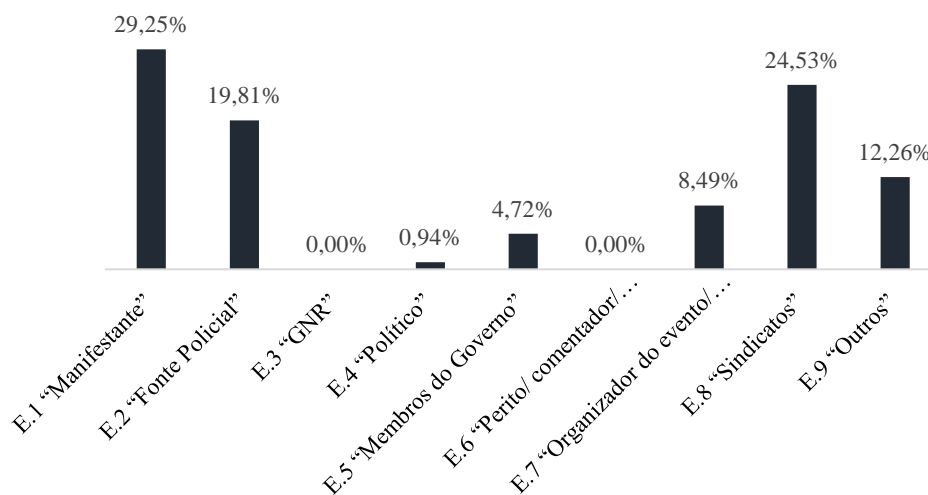


Figura 3. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Discurso Indireto", no corpo das notícias.

A polícia é novamente o terceiro interveniente com mais u.r. (E.2 = 19,81%; e.g. *“Segundo o Comando Metropolitano da PSP de Lisboa, foi detida apenas uma pessoa, por não acatar as ordens e resistir à polícia*”, notícia 28), mas agora com maior enfoque no discurso indireto. A utilização do discurso indireto da PSP por parte dos OCS realizou-se para dar a entender a visão da instituição sobre determinado acontecimento, sendo que, em caso algum, foi identificada a fonte. O resultado apurado relativamente às fontes policiais difere daquilo que foi verificado por Rosado (2014) e Serra (2012), uma vez que nas suas investigações, a PSP era a principal fonte citada pelos OCS. Esta redução da referência à PSP poderá estar relacionada com o facto de as manifestações realizadas em 2019 não terem obrigado a uma intervenção muito ostensiva, não havendo a necessidade de a justificar publicamente.

Com um protagonismo mais reduzido surgem discursos de outros intervenientes (E.9 = 12,26%; e.g. *“Em comunicado a Ana, Aeroportos de Portugal deixou um aviso (...)”*, notícia 19), de organizadores dos eventos ou representantes de movimentos (E.7 = 8,49%; e.g. *“[não resistam] porque as autoridades estão apenas a fazer o seu trabalho*”,

notícia 28), de membros do Governo (E.5 = 4,72%; e.g. “*Governo afirmou que os serviços mínimos para o Porto de Lisboa não estão a ser cumpridos*”, notícia 19). Os políticos quase não são referenciados nas notícias (E.4 = 0,94%; e.g. “*Partidos políticos, que a 9 dias das eleições legislativas fazem questão de reivindicar para si genuínas preocupações com a crise climática*”, notícia 25).

Não são mencionadas declarações de peritos, comentadores ou especialistas, nem GNR.

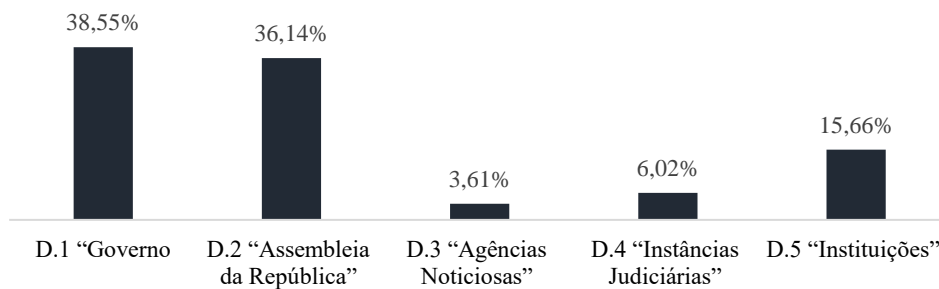


Figura 4. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Instâncias", no corpo das notícias.

Relativamente às diversas instâncias que são referidas nos relatos da atuação policial, seguem a distribuição apresentada na Figura 4. O Governo (D.1 = 38,55%; e.g. “*que foram apresentadas pelo Governo*”, notícia 2) e a Assembleia da República (D.2 = 36,14%; e.g. “*próximo da Assembleia da República*”, notícia 30) destacam-se claramente das restantes instâncias. O destaque destas instâncias pode ser explicado. As referências ao Governo em grande medida surgem no contexto das reivindicações dos manifestantes e sindicatos em discurso direto, sendo inflacionadas uma vez que estes são os atores que mais vezes falam. Já as referências à Assembleia da República, maioritariamente foram feitas no contexto da “*Manifestação das Forças de Segurança*”, em virtude das medidas excecionais que foram implementadas em frente à escadaria do Parlamento.

No estudo de Rosado (2014), a instituição mais prevalente foi a Assembleia da República; já Serra (2012) apurou que o Governo ocupava lugar de destaque; e, Rodrigues (2013) concluiu que as agências noticiosas eram as mais referidas. Desta forma não se pode apurar uma tendência clara para qualquer instância. Elas surgem no discurso provavelmente em função do contexto específico das manifestações.

São ainda feitas referências a outras instituições (D.5 = 15,66%; e.g. “*A associação SOS Racismo*”, notícia 5), a instâncias judiciárias (D.4 = 6,02%; e.g. “*vai apresentar queixa ao Ministério Público*”, notícia 5) e a agências noticiosas (D.3 = 3,61%; e.g. “*segundo o jornal Público*”, notícia 18).

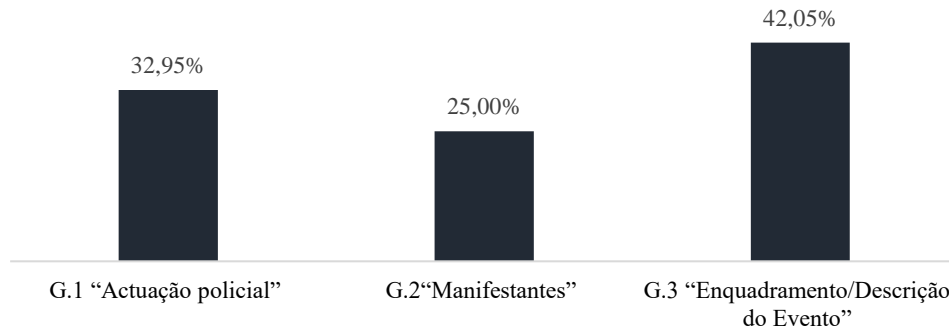


Figura 5. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Sistema Explicativo Espontâneo", no corpo das notícias.

A Figura 5 apresenta a distribuição de u.r. da categoria "Sistema Explicativo Espontâneo", que se reporta à subjetividade do discurso dos OCS relativamente ao enquadramento e descrição do evento (G.3 = 42,05%; e.g. "A greve dá os primeiros passos numa estranha normalidade", notícia 17), à atuação policial (G.1= 32,95%; e.g. "ao som dos tiros das balas de borracha", notícia 8) e aos manifestantes (G.2 = 25%; e.g. "outros optaram por lançar farpas aguçadas", notícia 34).

Convém destacar que da totalidade de u.r. da subcategoria relativa à atuação policial (G.1= 29 u.r.), apenas em 27,6% (n=8) há uma apreciação manifestamente negativa (e.g. "Portanto, houve a necessidade então de usar essa violência, perante estes manifestantes", notícia 7). Diferentemente daquilo que foi verificado por Rosado (2014), relativamente aos eventos analisados não se verifica a tendência para os OCS interpretarem a atividade policial de forma negativa.

1.3. Os Eventos

Como já foi referido na análise da Figura 1, a categoria alusiva ao enquadramento e descrição do evento foi a mais prevalente, o que indicia que os OCS demonstram uma clara intenção de proporcionar ao público uma visão clara sobre as características essenciais do evento noticiado. Este resultado vai ao encontro da conclusão de Pais et al. (2015) que afirmam, sobre manifestações de cariz político no ano civil de 2012, verificar-se uma "tónica predominantemente descritiva do conteúdo noticioso" (p.502). Também a investigação de Rosado (2014) concluiu no mesmo sentido.

Este interesse em descrever o evento permite também compreender que a subcategoria referente à caracterização tenha obtido a maior prevalência (F.7 = 30,96%; e.g. "A marcha na defesa pelo ambiente começa sem sobressaltos", notícia 26), seguida pela referência ao local (F.2 = 27,95%; e.g. "Vamos em direto para a Avenida liberdade em Lisboa", notícia 7), como se pode observar na figura 6. Conjuntamente, estas

subcategorias representam mais de metade das u.r. (58,91%) registadas na categoria em análise e representam um discurso dos OCS eminentemente descritivo. É pertinente lembrar que estamos a abordar notícias televisivas, ou seja, que conjugam o discurso com imagens, pelo que, as referências feitas relativamente ao local seriam até dispensáveis. Porém, parece ser do interesse dos jornalistas direcionar a atenção do público para esta referência espacial, o que se pode compreender atendendo aos locais de destaque onde decorreram alguns dos eventos (e.g. em frente à Assembleia da República). Serra (2012) também chegou a resultados semelhantes, tendo atribuído esse facto ao simbolismo dos locais.

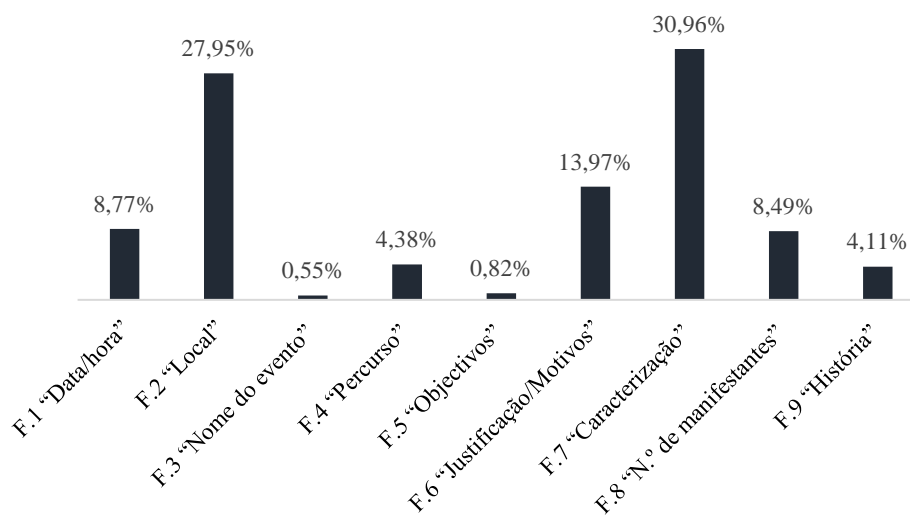


Figura 6. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Enquadramento/Descrição", no corpo das notícias.

Com a terceira maior percentagem (F.6 = 13,97%; e.g. “[*protestaram*] *contra o congelamento das carreiras*”, notícia 11) surgem as referências aos motivos que levaram à convocação do evento, o que permite informar o público sobre as reivindicações que estão na sua base.

São ainda apresentados alguns detalhes quanto à data e hora do evento (F.1 = 8,77%; e.g. “*Dizer que esta manifestação começou por volta das 5 e meia da tarde*”, notícia 27), ao número de manifestantes presentes (F.8 = 8,49%; e.g. “*Mais de 6 mil pessoas saíram às ruas*”, notícia 11), bem como ao percurso realizado (F.4 = 4,38%; e.g. “*Depois da concentração no Marquês passam pelas ruas Braamcamp, Alexandre Herculano, Largo do Rato, Rua de São Bento e chegam à [Assembleia da República]*”, notícia 31). Estas referências permitem que os OCS transmitam uma imagem mais clara do evento, seja pelo seu enquadramento em termos espaciais e temporais, seja pela quantificação dos manifestantes, que possibilita perceber a dimensão do mesmo.

De seguida, os OCS utilizam referências relativamente a eventos similares que ocorreram no passado (F.9 = 4,11%; e.g. “[*Há seis anos*] os polícias romperam o cordão de segurança e invadiram as escadas do Parlamento”, notícia 29). Esta subcategoria tem origem na “tendência para o discurso televisivo enquadrar os eventos através da comparação com eventos similares anteriores” (Rosado, 2014, p.48). Isto encontra-se associada à teoria do *framing* (McQuail, 2003), na medida em que os OCS, com o recurso a factos passados, estão a fornecer um enquadramento no qual o público vai interpretar a notícia. Assim, os OCS demonstram uma tendência para comparar os eventos e até para antecipar o desfecho do evento atual.

Foram feitas referências esporádicas aos objetivos dos eventos (F.5 = 0,82%; e.g. “*O objetivo era entregar uma carta ao governo*”, notícia 3). À semelhança da investigação de Pais et al. (2015), também neste estudo o corpus revelou que os OCS despenderam pouca atenção aos objetivos que se pretendiam alcançar com a realização das manifestações. Porém, uma vez que as notícias analisadas versam especificamente a atuação policial, os motivos “muito provavelmente farão parte integrante de outras notícias” (Serra, 2012, p.54).

Em relação ao nome do evento, apenas se verificaram duas u.r. (F.3 = 0,55%; “*Manifestação Nacional da Administração Pública*”, notícia 13), porém, não significa que a televisão não os refira, como se poderá constatar através do resultado desta mesma subcategoria nos dados recolhidos dos rodapés.

1.4. Os Participantes nos Eventos

Nesta análise considera-se existirem dois tipos fundamentais de participantes nas manifestações, os manifestantes (Categoria A) e os polícias (Categoria B).

Conforme se viu antes (Figura 1), a informação relativa à PSP é apenas a terceira mais prevalente (embora pouco) no discurso dos OCS (B = 16,13%). Observando a Figura 7 constata-se que os OCS dão primazia à descrição da atuação da polícia (B.5 = 45,18%; e.g. “*e a necessidade de fazer disparos com bagos de borracha, de advertência para o ar*”, notícia 7), à semelhança do que havia ocorrido em investigações anteriores (Rosado, 2014; Serra, 2012). A tendência que os OCS têm para o discurso descritivo, aliada ao “facto de a atuação da Polícia estar intrinsecamente associada a situações de conflito” (Rosado, 2014, p.49), permitem compreender os valores registados.

Em segundo plano, surgem mencionados os motivos da atuação policial (B.4 = 18,78%; e.g. “*Houve a necessidade de intervir em resposta a uma ação violenta contra*

a polícia”, notícia 7), o que foi um resultado algo surpreendente. De facto, os estudos anteriores claramente apontam para uma prevalência da referência a resultados e consequências, bem como da descrição da atuação policial (Pais et al., 2015), com um especial enfoque no número de detenções efetuadas (Pais et al., 2013). No entanto, relativamente aos eventos em análise, ocorridos em 2019, existiu da parte dos OCS um especial cuidado em divulgar os motivos que levaram à atuação da polícia, evitando assim os problemas de legitimação da utilização da força por parte da polícia que poderiam colocar-se, que alguns autores associam à falta de divulgação das razões que a tornaram necessária (Pais et al., 2015; Rosado, 2014; Serra, 2012).

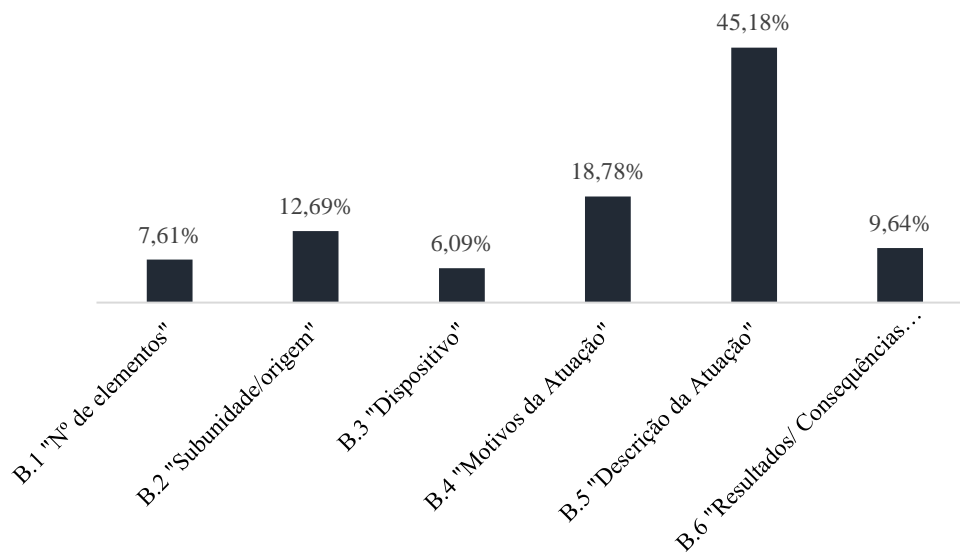


Figura 7. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "PSP", no corpo das notícias.

Também a subcategoria referente à subunidade dos polícias empenhados nas manifestações (B.2 = 12,69%; e.g. *“disparadas pelo Corpo de Intervenção da PSP”*, notícia 8) apresenta valores que superaram os esperados. A análise destas u.r. permite afirmar que há um esforço por parte dos OCS para identificar as diferentes valências da PSP, de modo a transmitir ao público um relato mais fiel. É importante ressaltar que, por vezes, não recorrem à terminologia correta (e.g. *“pela polícia de choque”*, notícia 24), porém, ao contrário do que havia sido relatado por Serra (2012), mencionaram corretamente o Corpo de Intervenção, distinguindo-o das Equipas de Intervenção Rápida.

Os resultados ou consequências da atuação, que em investigações anteriores eram das subcategorias mais prevalentes, obtiveram um valor mais baixo (B.6 = 9,64%; e.g. *“Dos confrontos resultaram 4 detenções”*, notícia 8). Todavia, este valor talvez possa ser explicado pela reduzida confrontação registada nos eventos, que originou um baixo

número de detenções (quatro na manifestação “Em nome da Jamaica” e uma na “Greve Climática”).

As informações referentes ao número de elementos (B.1 = 7,61%; e.g. “*Ao todo são 11700 operacionais*”, notícia 16) bem como, ao dispositivo (B.3 = 6,06%; e.g. “*São enormes as linhas montadas de segurança por parte do Corpo de Intervenção*”, notícia 37) foram menos, como se esperava.

Portanto, se quiséssemos resumir, de forma simples, como os OCS noticiam a atuação policial nas manifestações políticas, poderíamos afirmar que se centram na descrição da atuação, referindo os motivos que estiveram na sua base e a subunidade envolvida, e só depois os resultados.

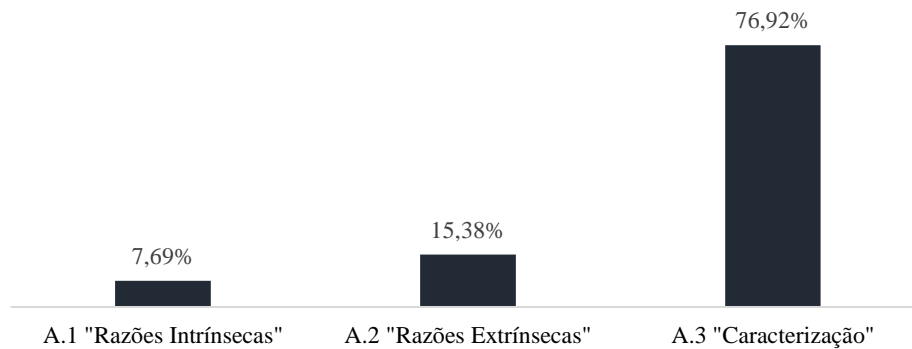


Figura 8. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Manifestantes", no corpo das notícias.

Finalmente, no que concerne aos manifestantes, consultando a Figura 8, é possível constatar que os OCS se preocupam principalmente em caracteriza-los (A.3 = 76,92%; e.g. “*A manifestação contou com funcionários públicos de várias áreas*”, notícia 13), o que confirma o tom descritivo das notícias em análise, também referido por Pais et al. (2015). Relativamente às razões que mobilizaram os manifestantes, sejam elas extrínsecas (A.2 = 15,38%) ou intrínsecas (A.1 = 7,69%), apenas esporadicamente foram referidas. Isto parece indicar uma falta de interesse dos OCS relativamente às motivações dos manifestantes, tendência semelhante à que foi apurada por Pais et al. (2015), Rosado (2014), Rodrigues (2013) e Serra (2012).

2. Rodapés

2.1. Visão Geral

Após a categorização da transcrição dos rodapés das 37 notícias que compõem o *corpus* da investigação chegou-se a um total de 278 u.r. que serão apresentadas em percentagens (arredondamento efetuado às centésimas) e analisadas.

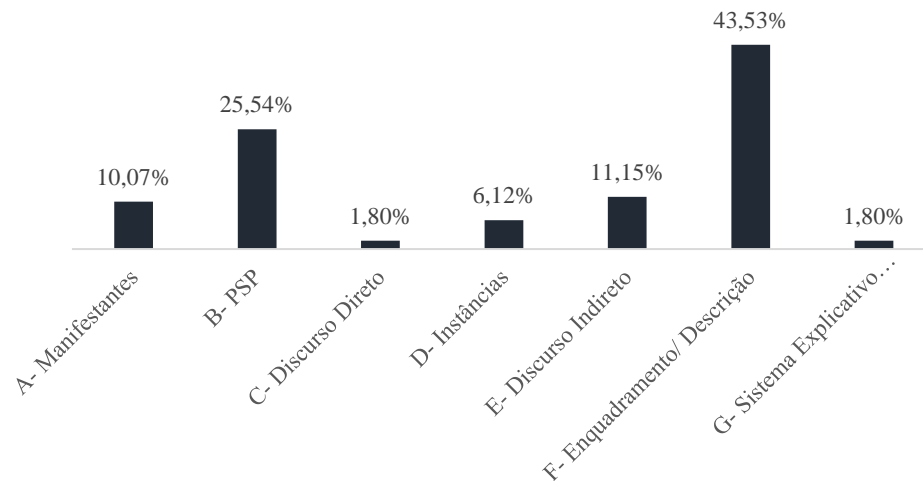


Figura 9. Distribuição percentual das u.r., por categoria, nos rodapés.

Observando a Figura 9, é possível constatar que, à semelhança do corpo da notícia, também nos rodapés há uma prevalência de informação descritiva relativamente ao enquadramento das manifestações (Categoria F = 43,53%). No entanto, o segundo tipo de informação mais relevante é referente à PSP (Categoria B = 25,54%). Esta constatação é importante uma vez que os rodapés consistem numa pequena frase que vai destacando informações que os OCS consideram ser relevante para o público, o que significa que atribuem um enorme valor jornalístico às informações sobre a atuação policial. Porém, há que dizer que quem esteja apenas a ouvir as notícias, ou tenha dificuldades visuais, não apreende esta tónica informativa. As restantes categorias apresentam valores reduzidos.

2.2. Fontes de Informação

Relativamente ao discurso dos intervenientes nos rodapés, verifica-se que os OCS atribuem maior prevalência ao discurso indireto, em detrimento do direto, invertendo-se assim a prevalência registada no corpo das notícias.

Assim, o discurso direto (Figura 10), que apresenta valores bastantes reduzidos, apenas registou u.r. em duas subcategorias, os sindicatos (C.7 = 20%; e.g. “há pessoas que estão a ser enganadas”, notícia 17) e as palavras de ordem (C.8 = 80%; e.g.

“Tolerância zero”, notícia 30). No caso das palavras de ordem, estas são utilizadas para realçar as palavras ouvidas durante as reportagens. Importa referir que não há qualquer crítica à atuação policial feita em discurso direto.

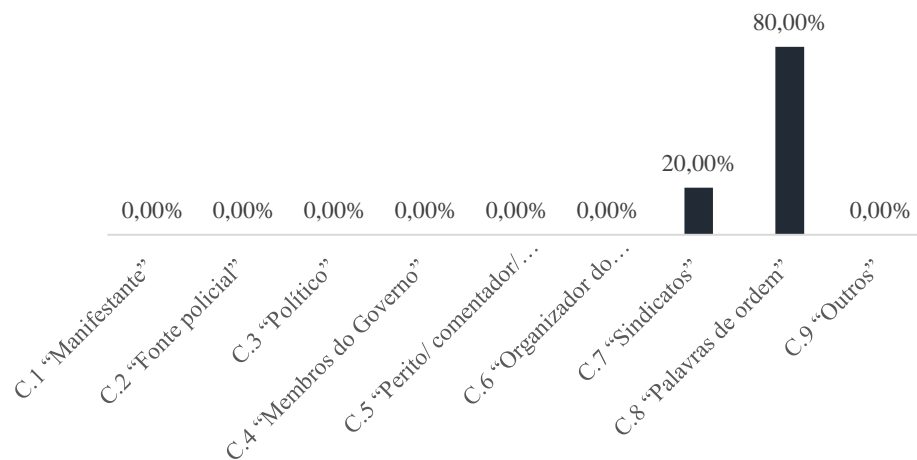


Figura 10. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Discurso Direto", nos rodapés.

No que diz respeito ao discurso indireto (Figura 11), os OCS, à semelhança do que se apurou no corpo da notícia, recorrem maioritariamente às mesmas fontes: manifestantes, sindicatos e polícia. Destacaram-se os sindicatos (E.8 = 51,61%; e.g. “Sindicatos dizem que patrões estão a pressionar”, notícia 17), seguidos pelos manifestantes (E.1 = 32,26%; e.g. “Manifestantes negam ligações à extrema-direita”, notícia 36) e pela PSP (E.2 = 9,68%; e.g. “PSP garante que usou força estritamente necessária”, notícia 5).

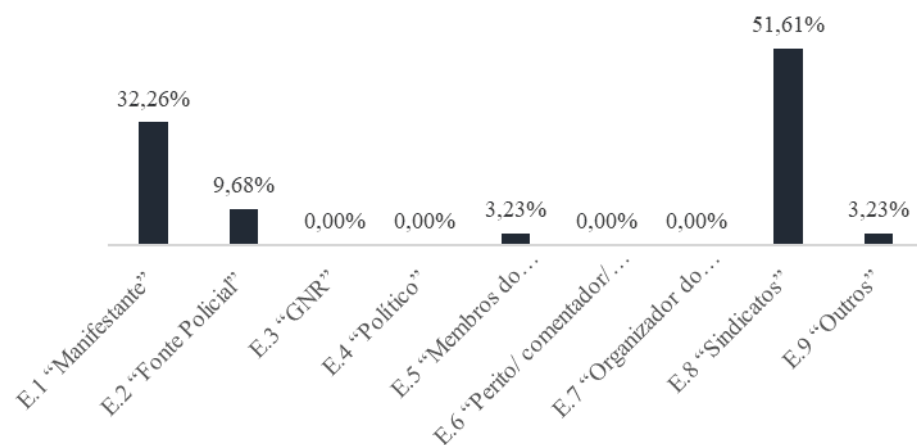


Figura 11. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Discurso Indireto", nos rodapés.

Apenas no discurso indireto dos manifestantes (E.1), existem críticas à atuação policial, que se verificam em 20% das u.r. desta subcategoria (e.g. “Moradores acusam a polícia de usar força excessiva e de atitudes racistas”, notícia 8).

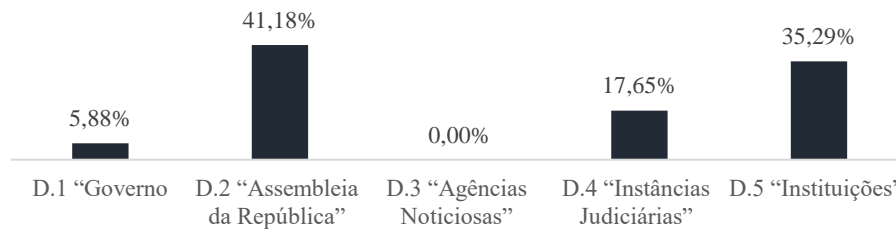


Figura 12. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Instâncias", nos rodapés.

No que concerne às instâncias, os resultados obtidos (Figura 12) diferem dos que se apuraram no corpo das notícias. A subcategoria mais prevalente é relativa à Assembleia da República (D.2 = 41,38%; e.g. *"Desfile até ao Parlamento"*, notícia 30) que à semelhança do que se verificou no corpo da notícia, volta a ser uma instância muito mencionada, se bem que, por vezes, seja referida como "Parlamento". Em segundo plano está a subcategoria Instituições (D.5 = 35,29%; e.g. *"Protestos junto ao Banco de Portugal"*, notícia 24), resultado que poderá ter sido influenciado devido às várias referências ao Banco de Portugal durante o evento "Greve Climática".



Figura 13. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Sistema Explicativo Espontâneo", nos rodapés.

Também nos rodapés foi possível identificar a utilização de linguagem subjetiva (Figura 13). À semelhança do que sucedeu com o corpo da notícia, a subcategoria mais prevalente tem a ver com a descrição do evento (G.3 = 60%; e.g. *"Tensão em Lisboa"*, notícia 7). Comparativamente com as restantes, esta categoria apresentou um valor mais baixo, indiciando uma preocupação com a isenção do texto utilizado nos rodapés.

2.3. Os Eventos

Atendendo à Figura 14, pode perceber-se que os rodapés das notícias destacam os motivos que levaram às manifestações (F.6 = 28,93%; e.g. *"Profissionais estão contra alteração da carreira"*, notícia 1), o número de manifestantes (F.8 = 21,49%; e.g. *"Mais de 6 mil funcionários protestaram em Lisboa"*, notícia 11), a caracterização dos eventos (F.7 = 20,66%; e.g. *"Alguns cidadãos aplaudiram manifestantes"*, notícia 34), bem como

dos locais onde decorreram (F.2 = 13,22%; e.g. “*Manifestantes seguiram para a Avenida da Liberdade*”, notícia 5). As restantes subcategorias apresentam valores menores, porém é pertinente destacar que, apesar de quase não ser utilizado no corpo da notícia, o nome do evento aparece nos rodapés, talvez por ser uma forma fácil de o identificar.

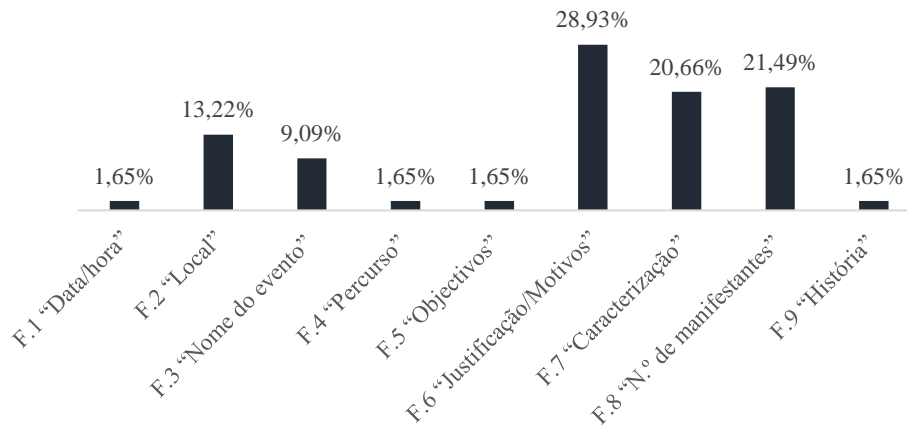


Figura 14. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Enquadramento / Descrição", nos rodapés.

É pertinente sinalizar que os OCS destacaram nos rodapés os motivos que levaram à organização dos eventos, sendo que no relato dos jornalistas essa informação não foi alvo de um destaque semelhante. Isto vem reforçar a necessidade de analisar a totalidade das potencialidades da notícia televisiva, uma vez que as informações que surgem em rodapé cumprem uma dupla função, destacar uma informação que já foi relatada pelo jornalista ou complementar as informações que este transmite.

2.4. Os Participantes nos Eventos

À semelhança da distribuição observada no corpo do texto, também nos rodapés prevalecem as referências à PSP, em detrimento dos manifestantes.

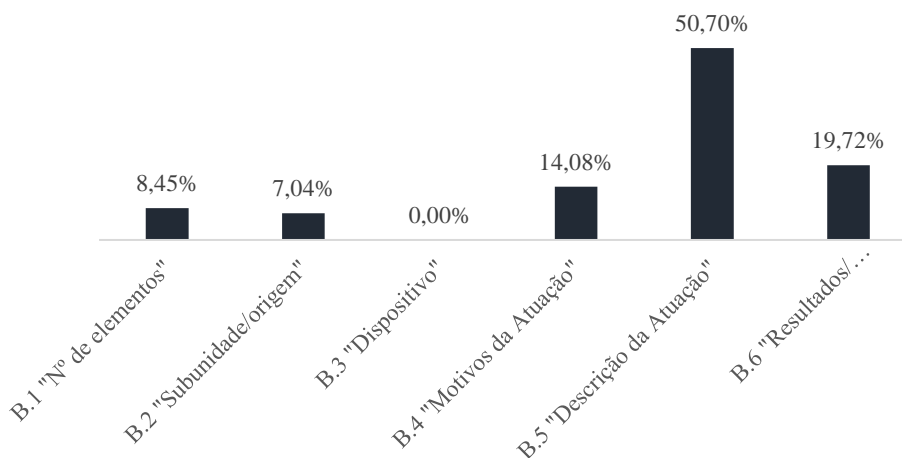


Figura 15. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "PSP", nos rodapés.

O destaque dos rodapés (Figura 15) vai para a descrição da atuação policial (B.5 = 50,7%; e.g. “*Ativistas estão a ser retirados à força*”, notícia 25), o que já seria expectável. Também as referências aos resultados e consequências da atuação da polícia (B.6 = 19,72%; e.g. “*Manifestação termina com 1 detido*”, notícia 28), assumem lugar de destaque. Estas informações permitem que, mesmo um telespectador menos atento seja capaz de perceber se houve utilização da força por parte das autoridades, bem como a existência de eventuais detenções ou feridos.

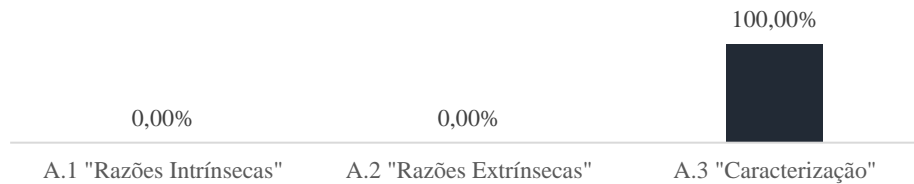


Figura 16. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Manifestantes", nos rodapés.

Para terminar, recorrendo à Figura 16 é possível verificar que, relativamente aos manifestantes, nos rodapés das notícias apenas procede à sua caracterização (A.3 = 100%; e.g. “*Famílias juntaram-se ao protesto em Lisboa*”, notícia 25), deixando de lado qualquer referência às razões que os levaram a aderir à manifestação.

3. Imagens

Após analisar a totalidade das imagens que foram emitidas nas notícias que compõem o *corpus*, foi possível apurar que 74,47% destas correspondem a emissões em diferido, ao passo que apenas 25,53% foram transmitidas em direto.



Figura 17. Distribuição percentual das imagens, atendendo à emissão.

No entender de Rosado (2014), que encontrou resultados semelhantes, a utilização de imagens em diferido indicia uma prévia edição, que por sua vez é influenciada “pelas preferências de quem selecionou determinados aspetos em detrimento de outros” (p.52).

No entanto, o horário em que as manifestações ocorrem pode contrariar esta tendência. A título de exemplo, o bloqueio que ocorreu no evento “Greve Climática”,

coincidiu com o horário dos telejornais da noite, o que levou a que neste evento em concreto, o total de imagens em direto ascendesse aos 50%.

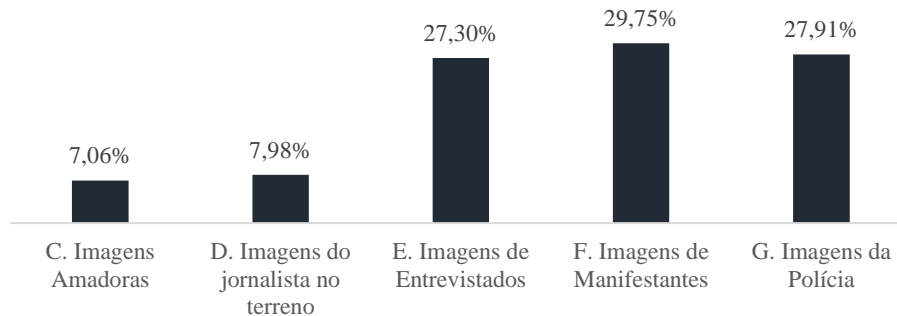


Figura 18. Distribuição percentual das imagens, por categoria.

A Figura 18 representa a distribuição do tipo de imagens apresentadas nas notícias. De um modo geral é possível verificar uma tendência para exibir imagens de manifestantes (Categoria F = 29,75%), de polícias (Categoria G = 27,91%) e de entrevistados (Categoria E = 27,30%). Em menor número surgem imagens dos jornalistas no terreno (Categoria D = 7,98%), bem como a emissão de imagens recolhidas por amadores (Categoria C = 7,06%). Estes resultados são semelhantes aos registados por Rosado (2014), porém diferentes das restantes investigações (Rodrigues, 2013; Serra, 2012).

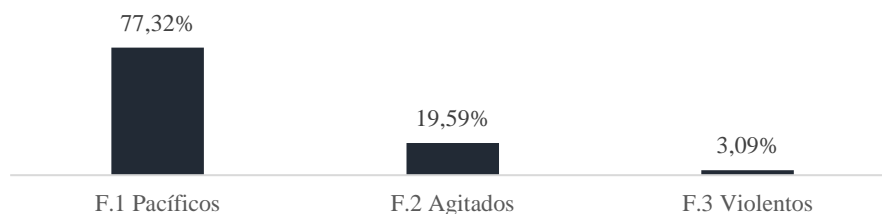


Figura 19. Distribuição percentual das imagens, por subcategoria da categoria "Imagens de Manifestantes".

No que respeita às imagens de manifestantes (Figura 19), os OCS demonstram uma clara tendência para exibir imagens de comportamentos pacíficos (F.1 = 77,32%). Apenas em um terço das imagens é possível observar manifestantes com comportamentos agitados (F.2 = 19,59%) ou violentos (F.3 = 3,09%). Apesar destes valores serem diferentes dos resultados apurados nesta linha de investigação (Rodrigues, 2013; Rosado, 2014; Serra, 2012), é importante destacar que as manifestações ocorridas no ano de 2019 foram mais pacíficas que as registadas em anos transatos, o que, de certa maneira, explica o resultado obtido.

Relativamente às imagens da atuação policial elas “encaixam” com as apresentadas dos manifestantes (pacíficos, como se viu), uma vez que as imagens de utilização da força (G.3 = 14,29%), de confrontos com manifestantes (G.2 = 4,40%) e de detenções (G.4 = 9,89%) registaram valores baixos (Figura 20). Por seu turno, a subcategoria com maior prevalência diz respeito às imagens que mostram os polícias dispostos em cordão policial (G.1 = 34,07%). Conforme já foi referido (vd. 3. Procedimento) a especificidade do *corpus* levou à criação de duas subcategorias para enquadrar imagens que não preenchiam os requisitos das restantes. Verificou-se a exibição de uma grande quantidade de imagens de polícias em situações de visibilidade (G.5 = 31,87%), bem como desempenhando tarefas preparatórias preventivas (G.6 = 5,49%).

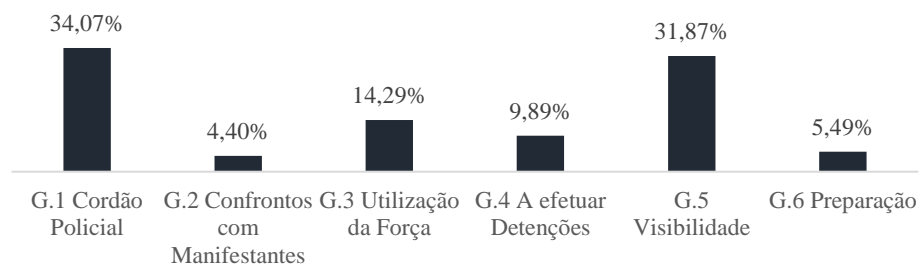


Figura 20. Distribuição percentual das imagens, por subcategoria da categoria "Imagens da Polícia".

A exibição de imagens de repórteres no terreno (Categoria D = 7,98%) surge no início das reportagens, bem como, quando estes se encontram a entrevistar os intervenientes (o foco da câmara vai para o jornalista cada vez que este coloca uma questão).

Por fim, importa focar a utilização de imagens amadoras por parte dos OCS (Categoria C = 7,06%), um fenómeno denominado por “*citizen journalism*” (Greer & McLaughlin, 2010; Roberts, 2019). Em primeiro lugar, salienta-se que os valores apurados foram ao encontro das expectativas, sendo similares aos que se verificaram em investigações anteriores (Rodrigues, 2013; Rosado, 2014; Serra, 2012). Não obstante ser uma percentagem aparentemente baixa, é importante ter em consideração que um OCS, que dispõe de vários profissionais, está a recorrer a imagens que foram captadas por amadores. Como já foi mencionado, a utilização de imagens amadoras pode levar a interpretações erradas sobre um acontecimento, caso não se proceda à sua contextualização (Greer & McLaughlin, 2010). Assim, apesar de se tratar de pouca informação, é importante considerar que poderá encerrar um viés, seja ele intencional ou não intencional.

CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO

A presente investigação teve como objetivo fundamental apurar a perceção que os canais televisivos passaram para o seu público, durante o ano civil de 2019, sobre a atuação policial no âmbito de grandes eventos políticos, inserindo-se por isso numa linha de investigação do Laboratório de Grandes Eventos do ISCPSI. Após a realização dos últimos estudos em 2014, Portugal conheceu um período de acalmia social e política. O ano de 2019 voltou a apresentar um elevado número de manifestações de índole política, pelo que pareceu ser pertinente voltar a estudar este assunto. Como tal, procurou-se utilizar procedimentos similares às restantes investigações no intuito de aferir as principais flutuações do discurso e imagens utilizadas.

A perspetiva adotada para esta investigação conceptualiza que os OCS “podem não persuadir o público diretamente; não obstante, afetam o que as pessoas sabem e o que pensam que é importante” (Curran & Seaton, 1997, p.327), produzindo uma “representação partilhada pela sociedade quanto a determinado assunto” (Mealha, 2009, p.23). Acresce o facto de o público em geral apenas ter contactos esporádicos com a polícia, o que poderá levar a que a sua perceção seja construída com base nas notícias transmitidas pelos OCS (Chermak, 2007; Colbran, 2014).

Neste sentido, a PSP tem procurado desenvolver estratégias proativas de interação com o público, no intuito de transmitir confiança à população (Elias, 2018), através da implementação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade; e com os próprios OCS, através do estabelecimento da atual Política de Informação (Polícia de Segurança Pública, 2011). Esta aproximação torna-se essencial para tentar evitar a desinformação sobre a atuação policial, o que poderia por em causa a perceção de legitimidade da sua atuação por parte da população (Pais et al., 2015).

O desenvolvimento desta investigação teve como objetivo dar resposta a algumas questões de investigação (vd. 5. Problema da Investigação).

Assim, relativamente ao discurso televisivo no âmbito do policiamento de manifestações políticas (primeira questão), no ano de 2019, foi possível apurar que as notícias analisadas sugerem uma forte tendência para um discurso descritivo, nomeadamente, para a caracterização dos eventos. Esta característica permite concluir que os OCS pretenderam acima de tudo descrever os acontecimentos, o mais pormenorizadamente possível ao seu público. Ficou ainda comprovado que há uma prevalência do discurso direto e indireto dos manifestantes, em detrimento do da polícia,

que pode ter origem em vários fatores. Em primeiro lugar, a quantidade de manifestantes é sempre muito superior à de polícias. A disponibilidade também é distinta, uma vez que qualquer manifestante é livre para emitir declarações, ao passo que da parte da PSP, qualquer declaração está sujeita a aprovação hierárquica, devendo ser efetuada por oficiais de polícia designados para o efeito (e.g. Comissário Tiago Garcia, na manifestação “Em nome da Jamaica”). Nos eventos analisados, a PSP apenas emitiu declarações em discurso direto na manifestação “Em nome da Jamaica”, sendo que nos restantes, as suas declarações chegam em discurso indireto. Esta limitação pode conduzir à adulteração da realidade, uma vez que as declarações dos manifestantes chegam ao público em maior número, comparativamente com as da PSP (Costa, 2015). Nas informações relativas à PSP, mantém-se a tendência descritiva dos OCS para relatar a atuação policial. No entanto, em 2019 houve um cuidado evidente em apresentar os motivos da intervenção policial, conjuntamente com essa descrição, legitimando-a. Foi também apurado um valor relativamente baixo quanto à subjetividade presente no relato das notícias, o que indicia uma preocupação por parte dos OCS em evitar a utilização de linguagem subjetiva, bem como a emissão de valorações pessoais, garantindo isenção. Este resultado contraria a opinião de Barriga (2017) que afirma que as televisões privilegiam a opinião em detrimento da informação. Ainda neste âmbito, constatou-se também que não existe um cunho marcadamente negativo relativamente à polícia e à sua atuação.

No que concerne às imagens utilizadas para noticiar os policiamentos dos eventos em análise (segunda questão), a maioria (cerca de 85%) mostra manifestantes, polícias e entrevistados. A tendência que se verifica é as imagens não ilustrarem confrontos em demasia, mas sim manifestantes pacíficos e polícias dispostos em cordão policial ou a desempenhar tarefas de visibilidade ou prevenção. Convém mencionar que foram utilizadas algumas imagens amadoras nas notícias, com os riscos que essa utilização acarreta (e.g. enviesamento da realidade provocado pela apresentação de imagens descontextualizadas ou incompletas).

A terceira e quarta questões de investigação reportam-se às diferenças verificadas entre os discursos analisados e os relativos às notícias de 2011 a 2013, bem como das suas possíveis causas. Um dos principais resultados que esta investigação registou foi que, nos eventos com maior número de notícias não houve utilização da força por parte da polícia, ao contrário da tendência verificada por Pais et al. (2015). O foco dos OCS foi maior nos eventos “Manifestação das Forças de Segurança” e “Greve dos Motoristas de

Matérias Perigosas”, sendo que a sua abordagem, para além das notícias que integram o *corpus*, foi bastante extensiva e duradoura (antes e após o evento). Mas então o que justificou este interesse? Os eventos anteriores. A última Manifestação das Forças de Segurança culminou com a subida da escadaria da Assembleia da República, por parte dos manifestantes. Já a última greve de motoristas tinha causado uma crise energética que afetou todo o país. Neste sentido, os OCS desenvolveram uma abordagem profunda e continuada, que contribuiu para que estes assuntos fossem abordados durante um longo período de tempo. Isto vai ao encontro da teoria do agendamento, uma vez que os OCS colocaram claramente esses eventos na ordem do dia, influenciando o público a pensar sobre eles (McQuail, 2003; Straubhaar et al., 2011; Wolf, 2001).

Por outro lado, relativamente à atuação policial, existe em 2019 uma maior preocupação com a enunciação dos motivos da atuação. Isto significa que, para além de terem ocorrido manifestações com menor número de confrontos, o próprio discurso dos OCS contribuiu para uma diminuição da polémica sobre a utilização da força, na medida em que esta surgiu como legitimada. Não nos foi possível apurar a razão desta alteração discursiva, porém, poderá ter origem numa maior proatividade da polícia na divulgação das causas de atuação, ou no interesse dos OCS em transmiti-las, adotando uma postura menos crítica.

Outra grande diferença entre os dois momentos, que já foi referida na discussão dos resultados, relaciona-se com o discurso dos políticos e dos membros do Governo. A situação sociopolítica do país era bastante diferente nos anos 2011 a 2013 (crescente défice económico, pedido de ajuda externa, elevada taxa de desemprego), o que poderia originar maior revolta e agressividade nos protestos ocorridos. Além disso, as críticas à atuação policial, que primordialmente vinham de partidos à esquerda do quadrante político (Pais et al., 2013), diminuíram por força do memorando de entendimento celebrado entre estes partidos e o PS para assegurar a viabilidade do Governo. Ora, se estes partidos, que tradicionalmente são mais críticos da polícia, se encontram em acordo com o Governo, é natural que evitem declarações polémicas ou críticas relativamente aos serviços do Estado (e.g. a polícia).

A concretização desta investigação confrontou-se com algumas limitações provocadas pela estratégia de isolamento social para prevenção da propagação do Covid-19, imposta pelo Governo. Esta medida foi tomada ao abrigo do Estado de Emergência decretado para combater a pandemia, tendo impedido a realização de reuniões presenciais, bem como o acesso a documentação apenas disponível em formato de papel.

Outra das limitações deste estudo, prende-se com a impossibilidade de generalização dos resultados obtidos para todos os policiamentos de manifestações políticas. De facto, o objetivo da investigação passou por compreender o fenómeno em estudo (Fortin, 1996), para o ano civil de 2019.

Por outro lado, é possível afirmar que a presente investigação apresenta como potencialidades: o facto de ter apurado novos dados sobre um tema muito atual, o que torna este estudo singular; o facto de ter revitalizado uma linha de investigação que se encontrava estagnada desde 2014; o facto de ter contribuído com o acréscimo de duas subcategorias que permitem uma melhor categorização das imagens presentes nas notícias; e ainda, pela natureza do estudo, por ter permitido investigar a existência de eventuais discriminações, estereótipos ou vieses informativos, na medida em que, de certa forma, os permite combater.

Com os resultados obtidos nesta investigação levantam-se novas questões relevantes, aqui enunciadas como forma de sugestões para investigações futuras.

A PSP está em grande desvantagem na categoria de discurso direto, em comparação aos manifestantes. Neste sentido, seria interessante comprovar se essa carência se deve a uma eventual falta de proatividade da PSP, ou se é simplesmente uma opção editorial dos OCS, ou das “orientações político-ideológicas dos jornalistas e das redações” (Mendes & Seixas, 2005, p.107)

Por outro lado, a realização de um estudo longitudinal poderia auxiliar a perceber a forma como os OCS noticiam a intervenção policial nos eventos políticos, percebendo a evolução ao longo do tempo (o que muda e o que se mantém) para, eventualmente, traçar um perfil da abordagem noticiosa. De resto, foi por isto mesmo que se realizou esta investigação.

Finalmente, seria pertinente a elaboração e implementação de um modelo para tornar a PSP numa fonte de informação, à semelhança do que faz no âmbito de grandes eventos desportivos (Pais et al., 2015), através do Modelo Elaborado de Identidade Social (ESIM), que se baseia na aplicação de princípios redutores do conflito, através da manutenção de um canal de comunicação, antes, durante e após o evento (Felgueiras, 2015; Stott, Hoggett, & Pearson, 2012).

REFERÊNCIAS

- Assembleia Geral da ONU (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris.
Retrieved from: <<<https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>>
- Bainbridge, J. (2015). Television: The zoo. In J. Bainbridge, N. Goc, & L. Tynan (Orgs.), *Media and journalism: New approaches to theory and practice*. (pp.144-163). Melbourne: University Press.
- Barriga, A. (2017). Sobre a ausência de pluralismo nos média: Como observar a invisibilidade do debate político nos novos média. In A. Moreira, E. Araújo, & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e política: Tempos, contextos e desafios*. (pp.21-44) Braga: CS Edições.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (3ª ed.). São Paulo: Edições 70.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. New York: The Free Press.
- Bird, S., & Dardenne, R. (1999). Mito, registo e “estórias”: Explorando as qualidades narrativas das notícias. In N. Traquina (Org), *Jornalismo: Questões, teorias e estórias* (pp.263-277). Lisboa: Vega.
- Brandão, N. G. (2005). *Prime time: Do que falam as notícias dos telejornais*. Lisboa: Casa das Letras.
- Breed, W. (1999). Controlo social na redação: Uma análise funcional. In N. Traquina (Org), *Jornalismo: Questões, teorias e estórias* (pp.152-166). Lisboa: Vega.
- Cádima, F. (1999). *Desafios dos novos media: A nova ordem política e comunicacional*. (2nd ed.). Lisboa: Notícias Editorial.
- Canavilhas, J. (2001). *O domínio da informação-espectáculo na televisão*. Retrieved form: <<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-dominio-da-informacao-espectaculo-na-televisao.pdf>>>

- Canavilhas, J., & Rodrigues, C. (2013). The citizen as producer of information: A case study in the Portuguese online newspapers. *Observatório (OBS*) Journal*, 7(1), 205-218. doi:10.15847/obsOBS712013635
- Cardoso, G., Espanha, R., & Araújo, V. (Orgs.) (2009). *Da comunicação de massa à comunicação em rede*. Porto: Porto Editora.
- Castells, M. (2004). *The network society: A cross-cultural perspective*. Northampton, MA: Edgar Elgar.
- Castells, M. (2010a). *The information age: Economy, society and culture – Volume 1 The rise of the network society*. Chichester, UK: Wiley-Blackwell.
- Castells, M. (2010b). *The information age: Economy, society and culture – Volume 2. The power of identity*. Chichester, UK: Wiley-Blackwell.
- Chermak, S. (2007). Television images of policing. In: J. Green (Ed.), *The encyclopedia of police science*. (pp.1255-1258). New York: Routledge.
- Colbran, M. (2014). *Media representations of police and crime: Shaping the police television drama*. London: Palgrave Macmillan.
- Correia, J. (2012). A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In I. Cunha, A. Cabrera, & P. Sousa (Orgs.), *Pesquisa em media e jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina* (pp.80-105). Covilhã: LABCOM.
- Costa, C. (2015). *As diferenças entre os órgãos de comunicação social televisivos: Três anos de notícias sobre a atividade policial em grandes eventos de cariz político* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Portugal.
- Cox, S. (2007). Crowd/riot control. In J. Green (Ed.), *The encyclopedia of police science* (pp.367-370). New York: Routledge.
- Cronin, S., & Kane, R. (2007). Public image of the police. In: J. Green, (Ed.), *The encyclopedia of police science* (pp.1082-1084). New York: Routledge.
- Cunha, I., & Figueiras, R. (2012). Eleições e comunicação política nas democracias ocidentais. In Cunha, A. Cabrera, & P. Sousa (Orgs.) *Pesquisa em media e jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina* (pp.139-158.) Covilhã: LABCOM.

Curran, J., & Seaton, J. (1997). *Imprensa, rádio e televisão: Poder sem responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro. *Diário da República n.º 204/2015*, Série I.

Decreto n.º 10/04 de 1976. Constituição da República Portuguesa. *Diário da República n.º 86/1976*, Série I de 1976-04-10.

Defleur, M., & Ball-Rokeach, S. (1993). *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar.

Elias, L. (2018). *Ciências policiais e segurança interna: Desafios e prospetiva*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.

Elias, L., Felgueiras, S., & Pais, L. G. (2017). Planning and policing of public demonstration: A case study. *Police Science and Research Bulletin*, 16, 155-68. Retrieved from: <<<https://bulletin.cepol.europa.eu/index.php/bulletin/article/view/250/214>>>

Elias, L., & Pinho, P. (2014). Desafios da segurança de reuniões e manifestações: As novas formas de contestação social. *Polícia Portuguesa*, 4(3), 37-51.

Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2014). *Públicos e consumos de média. O Consumo de Notícias e as plataformas digitais em Portugal e em mais dez Países*. Lisboa: ERC.

Entman, R. M. (2007). Framing bias: Media in the distribution of power. *Journal of Communication*, 57(1), 163-173. doi:10.1111/j.1460-2466.2006.00336.x

Esteves, J. (2012). Agenda-setting e efeitos dos media: O desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspetiva comportamentalista. In I. Cunha, A. Cabrera, & P. Sousa (Orgs.) *Pesquisa em media e jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina* (pp.107-138). Covilhã: LABCOM.

Esteves, J. P. (Org.) (2002). *Comunicação e sociedade: Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Felgueiras, S. (2015). *Ação policial face à ação coletiva: Teoria para uma estratégia de policiamento de multidões* (Lição Inaugural de Abertura Solene do Ano Letivo 2015/2016). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Felgueiras, S. (2016). *Geração à rasca*. Lisboa: Chiado.
- Figueiras, R. (2018). Pluralismo ou paralelismo? O comentário político nos noticiários do *prime-time* na televisão portuguesa. *Estudos em Comunicação*, 26(1), 323-343. doi:10.20287/ec.n26.v1.a19
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3rd ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Fontcuberta, M. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Notícias Editorial.
- Fortin, M. (1996). *O processo de investigação*. Loures: Lusociência.
- França, V., & Simões, P. (2016). *Curso básico de teorias da comunicação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Galtung, J., & Ruge, M. (1965). The structure of foreign news. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64-90. doi:10.1177/002234336500200104.
- Gieber, W. (1956). Across the desk: A study of 16 telegraph editors. *Journalism Quarterly*, 33(4), 423-432. doi:10.1177/107769905603300401.
- Goc, N. (2015). Free speech and journalism in the 21st century. In J. Bainbridge, N. Goc & L. Tynan (Orgs), *Media and journalism: New approaches to theory and practice* (pp.485-491). Melbourne: University Press.
- Goldman, A. (1999). *Knowledge in a social world*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2010). We predict a riot: Public order policing, new media environments and the rise of the citizen journalist. *The British Journal of Criminology*, 50(6), 1041-1059. doi:10.1093/bjc/azq039
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2011). 'Trial by media': Policing the 24-7 news mediasphere and the 'politics of outrage'. *Theoretical Criminology*, 15(1), 23-46. doi:10.1057/9781137334725

- Harcup, T., & O'Neill, D. (2017). What is news? *Journalism Studies*, 18(12), 1470-1488. doi:10.1080/1461670X.2016.1150193
- Hirsch, P. (1977). Occupational, organizational, and institutional models in mass media research: Toward an integrated framework. In P. Hirsch, P. Miller, & F. Kline (Eds) *Strategies for communication research* (pp.13-40). Beverly Hills, CA: Sage.
- International Permanent Observatory on Security during Major Events (2007). *IPO: Security planning model*. Turim: United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute.
- Jewkes, Y. (2004). *Media & crime: Key approaches to criminology*. London, UK: Sage.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2nd ed.) London, UK: Sage.
- Lei nº 53/2007 de 31 de agosto. *Diário da República n.º 168/2007*, Série I.
- Lei nº 53/2008 de 29 de agosto. *Diário da República n.º 167/2008*, Série I.
- Liu, F. (2007). Constrained opinion leader influence in an electoral campaign season: Revisiting the two-step flow theory with multi-agent simulation. *Advances in Complex Systems*, 10(2), 233-250.
- Major, M. (2014). *The unilateral presidency and the news media: The politics of framing executive power*. New York: Palgrave MacMilan. doi:10.1057/9781137387899
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5th ed.) São Paulo, Brasil: Editora Atlas.
- Manoff, R. K. (1986). Writing the news (by telling the story). In R. K. Manoff, & M. Schudson (Eds.) *Reading the news* (pp.197-230). New York: Panthenon Books.
- Martins, M. (2017). *Novos efeitos de real no jornalismo televisivo: Reconfigurações estéticas e narrativas a partir da ubiquidade das máquinas de visibilidade*. Covilhã: LABCOM.IFP.

- Mawby, R. (2010). Police corporate communications, crime reporting and the shaping of policing news. *Policing & Society*, 20(1), 124-139. doi: 10.1080/10439461003611526
- Mawby, R. (2002). *Policing images: Policing, communication and legitimacy*. Cullompton, UK: Willan.
- McCombs, M., & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176-187. doi:10.1086/267990
- McGregor, J. (2002). *Restating news values: Contemporary criteria for selecting the news*. Retrieved from: <<<https://www.researchgate.net/publication/228774915>>>
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mealha, T. (2009). *Exclusão ou reintegração? Um estudo qualitativo sobre a reintegração social de reclusos*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Mendes, J., & Seixas, A. (2005). Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 99-127. doi:0.4000/rccs.984
- Miller, K. (2004). *Communication theories: Perspectives, processes and contexts*. Texas: McGraw Hill.
- Morgado, I. S. (2005). A pressão política sobre os líderes de opinião: A luta pela soberania do tempo. In J. C. Correia (Org.) *Estudos em comunicação: Comunicação e política* (pp.115-146). Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Oliveira, J. F. (2015). *A manutenção da ordem pública em democracia*. ISCPsi: Lisboa.
- Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores* (Tese de doutoramento, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Pais, L. G., Felgueiras, S., Rodrigues, A., Santos, J., & Varela, T. (2015). Protesto político e atividade policial: A perceção dos media. *Análise Social*, 216, L (3), 494-517.

- Pais, L. G., Felgueiras, S., Serra, A., Machado, H., & Pereira, H. (2013). Media perceptions on police activity in major political events: An overview of Portuguese context during 2011. *The anthology: GODIAC - Good practice for dialogue and communication as strategic principles for policing political manifestations in Europe* (pp.205-217). Swedish National Police Board and GODIAC.
- Paiva, A. (2018). *A noticiabilidade no ciberjornalismo: Processos de seleção, métricas de consumo e valores-notícia influentes* (Tese de doutoramento, não publicada). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Perkins, W. (2007). Media images of policing. In J. Green (Ed.), *The encyclopedia of police science* (pp.775-778). New York: Routledge.
- Polícia de Segurança Pública (2011). *Política de informação*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. (4th ed.) Lisboa: Gradiva.
- Ramonet, I. (2000). *A tirania da comunicação* (3rd ed.) Porto: Campo das Letras.
- Ramonet, I. (2001). *Propagandas silenciosas: Massas, televisão e cinema*. Porto: Campo das Letras.
- Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.
- Reiner, R. (2008). Policing and the media In T. Newburn (Ed.), *Handbook of policing* (2nd Ed.) (pp.313-335). London, UK: Willan.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 28 de fevereiro. *Diário da República* n.º 50, Série I-B.
- Reuters Institute for the Study of Journalism (2019). *Digital news report 2019*. Oxford, UK: Reuters Institute. Retrieved from: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-06/DNR_2019_FINAL_0.pdf>>

- Roberts, J. (2019). Citizen journalism In R. Hobbs, & P. Michailidis (Eds.), *The international encyclopedia of media literacy*. Weinheim: Wiley-Blackwell doi:10.1002/9781118978238.ieml0027
- Rodrigues, A. F. F. M. (2013). *A percepção da comunicação social sobre a atividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Rodrigues, C. (1999). *Comunicar e julgar*. Coimbra: Minerva.
- Rogers, E., Dearing, J., & Bergman, D. (1993). The anatomy of agenda-setting research. *Journal of Communication*, 43(2), 68-84. doi:10.1111/j.1460-2466.1993.tb01263
- Rosado, X. I. P. (2014). *A percepção da comunicação social acerca da atividade policial: O discurso televisivo em grandes eventos de cariz político* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Sá, S. (2015). O espectador em alta definição. In P. Serra, S. Sá, , & W. Filho (Orgs.) *A televisão ubíqua* (pp.145-168). Covilhã: LABCOM.
- Sá, S. (2019). *Jornalismo integrador: O noticiário televisivo na era da abundância informativa*. Covilhã: LABCOM.
- Santo, P. E. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Santos, J. (2000). *Homo zappiens: O feitiço da televisão*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Santos, J. R. (1992). *O que é comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Serra, A. O. (2012). *A comunicação social e a atividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Serra, J. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: LABCOM.
- Serra, P., & Sá, S. (2017). *Televisão e novos meios*. Covilhã: LABCOM.

- Serrano, E. (2012). Alguns pressupostos teóricos para uma análise do jornal televisivo. In I. Cunha, A. Cabrera, & P. Sousa (Orgs.) *Pesquisa em media e jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina* (pp.216-230). Covilhã: LABCOM.
- Silva, A., & Fossá, M. (2015). Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica*, 17(1), 1-14. doi: 10.18391
- Sousa, J. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto. Retrieved from: <<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>>
- Stott, C., Hoggett, J., & Pearson, G. (2012). Keeping the peace: Social identity, procedural justice and the policing of football crowds. *British Journal of Criminology*, 52(2), 381-399. doi:10.1093/bjc/azr076
- Straubhaar, J., LaRose, R., & Davenport, L. (2011). *Media now: Understanding media, culture and technology* (7th ed.) Boston, MA: Wadsworth Cengage Learning.
- The House Consortium (2014). *The European house of major events security: A user guide for police security planners and policy makers*. Turim: United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute.
- Torres, N. (2011). *Televisão, o nosso medium preferido: Ensaios, memórias e história*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: Volume 1- porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.
- Vala, J. (1990). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (4th ed.; pp.101-127). Porto: Edições Afrontamento.
- Weaver, P. (1999). As notícias de jornal e as notícias de televisão. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (pp.294-305). Lisboa: Vega.

Weber, M. (1982). *Ensaaios de sociologia*. (5th ed.) Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora.

Weber, R. P. (1990). *Basic content analysis* (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage.

White, D. (1999). O *gatekeeper*: Uma análise de caso na seleção de notícias. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (pp.142-151). Lisboa: Vega.

Wolf, M. (2001). *Teorias da comunicação* (6th ed). Lisboa: Editorial Presença.

ANEXOS

Anexo 1 – Ofício que autoriza o acesso à base de dados da empresa Cision

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de
Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

Sua Referência:
Sua Comunicação:
Nossa Referência: 51/SECDE/2020
Classificador: 080.01.10
Processo: SECDE201900001ASP
Data: 2020-02-05

*Autenticado.
19-12-2020*

Abílio Pinto Vieira
Superintendente-Chefe

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais.
2. O Aspirante a Oficial de Polícia Gonçalo Luis Filipe Teixeira Macedo irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "A Atividade Policial nas Manifestações Políticas: O Que Dizem as Televisões" sob orientação científica da Prof.ª Doutora Lucia Pais.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a disponibilização de informação da base de dados CISION, do Gabinete de Relações Públicas da DN/PSP, relativas à situação política nos grandes eventos de cariz político, durante o ano de 2019.
4. Atendendo à natureza do estudo, a informação fornecida será uma mais-valia para a elaboração do trabalho académico, uma vez que lhe irá conferir maior credibilidade e fundamentação teórica.
5. Mais se informa V.ª Ex.ª de que o Aspirante a Oficial de Polícia Luis Macedo se compromete a utilizar os resultados obtidos apenas no âmbito da dissertação em questão.

O Diretor


José Carlos Bastos Leitão
Superintendente



R. 1.ª de Maio, 173 1249-040 Lisboa - Tel.: 213613992 - Fax: 213615535 - www.icsp.pt

icsp@icsp.pt

142698
Página 1/1

Anexo 2 – Resultados das pesquisas efetuadas, por cada descritor.

DESCRITORES	TOTAL²	OCS³	EVENTOS⁴	RTP 1⁵	SIC⁶	TVI⁷
MANIFESTAÇÃO	2763	807	194	296	221	290
POLÍCIA	10509	2561	171	816	813	932
POLICIAMENTO	415	91	5	30	33	28
PROTESTO	4199	1407	246	528	467	412
PSP	7989	2024	199	646	628	750
GREVE GERAL	258	79	0	26	29	24
CLIMA	1958	502	12	200	153	149
BOMBEIROS	10945	2619	78	889	831	899

² Número total de notícias

³ Número de notícias pertencentes aos OCS em estudo

⁴ Número de notícias relativas aos eventos definidos

⁵ Número de notícias emitidas na RTP1

⁶ Número de notícias emitidas na SIC

⁷ Número de notícias emitidas na TVI

Anexo 3 – Lista das notícias que constituem o *corpus*.

Nº	Evento	Título da Notícia	Fonte	Data de Emissão	Hora de Emissão	Duração
1	"Manifestação dos Sapadores"	Bombeiros Sapadores em protesto	SIC - Jornal da Noite	2019-01-14	8:12:40 PM	00:03:57
2	"Manifestação dos Sapadores"	Protesto dos Bombeiros Sapadores de Lisboa	RTP 1 - Telejornal	2019-01-14	8:12:44 PM	00:02:26
3	"Manifestação dos Sapadores"	Bombeiros Sapadores em protesto	TVI - Jornal das 8	2019-01-14	9:15:17 PM	00:01:51
4	"Em Nome da Jamaica"	Manifestação contra violência policial	TVI - Jornal das 8	2019-01-21	7:55:17 PM	00:06:37
5	"Em Nome da Jamaica"	Desacatos em Lisboa	SIC - Jornal da Noite	2019-01-21	7:59:04 PM	00:04:18
6	"Em Nome da Jamaica"	Desacatos em Lisboa	SIC - Jornal da Noite	2019-01-21	8:03:22 PM	00:03:29
7	"Em Nome da Jamaica"	Tensão em Lisboa-direto	RTP 1 - Telejornal	2019-01-21	8:05:23 PM	00:04:03
8	"Em Nome da Jamaica"	Confrontos entre polícia e manifestantes no Rossio	TVI - Jornal da Uma	2019-01-22	1:03:30 PM	00:02:42
9	"Em Nome da Jamaica"	Manifestação em Lisboa	RTP 1 - Jornal da Tarde	2019-01-22	1:05:46 PM	00:02:54
10	"Em Nome da Jamaica"	Confrontos entre polícia e manifestantes no Rossio	TVI - Jornal das 8	2019-01-22	7:58:47 PM	00:03:05
11	"Manifestação Nacional da Administração Pública"	Manifestação da função pública em Lisboa	SIC - Jornal da Noite	2019-05-10	8:12:43 PM	00:02:44
12	"Manifestação Nacional da Administração Pública"	Milhares reclamam aumentos salariais	TVI - Jornal das 8	2019-05-10	8:13:09 PM	00:02:07
13	"Manifestação Nacional da Administração Pública"	Manifestação da função pública em Lisboa	RTP 1 - Telejornal	2019-05-10	8:43:19 PM	00:02:59
14	"Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas"	Polícia prepara plano anti-bloqueio	TVI - Jornal das 8	2019-08-08	8:15:45 PM	00:00:33
15	"Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas"	Forças de segurança mobilizadas	SIC - Primeiro Jornal	2019-08-09	1:16:18 PM	00:01:59
16	"Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas"	Greve dos motoristas - PSP e GNR de prevenção	RTP 1 - Jornal da Tarde	2019-08-09	1:25:54 PM	00:01:04
17	"Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas"	A greve dos motoristas arrancou à meia-noite e está a ter um impacto reduzido	SIC - Primeiro Jornal	2019-08-12	1:00:17 PM	00:04:05
18	"Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas"	Segurança na greve dos motoristas	SIC - Primeiro Jornal	2019-08-12	1:32:15 PM	00:01:24
19	"Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas"	Greve dos motoristas	RTP 1 - Telejornal	2019-08-12	8:17:17 PM	00:02:14

Nº	Evento	Título da Notícia	Fonte	Data de Emissão	Hora de Emissão	Duração
20	"Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas"	Greve dos motoristas - Medidas de segurança para a paralisação	SIC - Jornal da Noite	2019-08-12	8:33:12 PM	00:01:20
21	"Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas"	Coluna de camiões que saíram de Aveiras rumo a Lisboa	RTP 1 - Telejornal	2019-08-14	8:38:44 PM	00:01:59
22	"Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas"	Militares conduzem camiões	RTP 1 - Jornal da Tarde	2019-08-15	1:08:16 PM	00:00:39
23	"Greve dos Motoristas de Matérias Perigosas"	Greve dos motoristas - GNR e PSP conduziram 141 camiões	SIC - Primeiro Jornal	2019-08-17	1:10:35 PM	00:00:20
24	"Greve Climática"	Manifestação pelo clima em Lisboa	TVI - Jornal das 8	2019-09-27	7:56:13 PM	00:07:00
25	"Greve Climática"	Greve pelo clima em Portugal	SIC - Jornal da Noite	2019-09-27	7:58:18 PM	00:06:44
26	"Greve Climática"	Momentos de tensão entre polícia e manifestantes na Av. Almirante Reis, em Lisboa	RTP 1 - Telejornal	2019-09-27	7:59:12 PM	00:02:21
27	"Greve Climática"	Bloqueio da Avenida Almirante Reis, em Lisboa - Direto	RTP 1 - Telejornal	2019-09-27	8:09:18 PM	00:02:49
28	"Greve Climática"	Greve pelo clima em Lisboa	TVI - Jornal da Uma	2019-09-28	1:20:09 PM	00:02:52
29	"Manifestação das Forças de Segurança"	Manifestação das forças de segurança	SIC - Primeiro Jornal	2019-11-21	1:00:15 PM	00:05:04
30	"Manifestação das Forças de Segurança"	Manifestação das forças de segurança - direto	RTP 1 - Jornal da Tarde	2019-11-21	1:03:05 PM	00:10:48
31	"Manifestação das Forças de Segurança"	Manifestação das forças de segurança	TVI - Jornal da Uma	2019-11-21	1:03:33 PM	00:01:38
32	"Manifestação das Forças de Segurança"	Manifestação das forças de segurança	TVI - Jornal da Uma	2019-11-21	1:15:24 PM	00:04:29
33	"Manifestação das Forças de Segurança"	Manifestação das forças de segurança - direto	SIC - Primeiro Jornal	2019-11-21	1:44:22 PM	00:02:01
34	"Manifestação das Forças de Segurança"	Forças de segurança em protesto	SIC - Jornal da Noite	2019-11-21	7:58:16 PM	00:02:51
35	"Manifestação das Forças de Segurança"	Milhares de agentes da PSP e militares da GNR manifestaram-se frente à Assembleia da República	RTP 1 - Telejornal	2019-11-21	7:59:05 PM	00:03:30
36	"Manifestação das Forças de Segurança"	Manifestação das forças de segurança	SIC - Jornal da Noite	2019-11-21	8:01:07 PM	00:02:19
37	"Manifestação das Forças de Segurança"	PSP e GNR manifestam-se em Lisboa	TVI - Jornal das 8	2019-11-21	8:10:14 PM	00:03:06

Anexo 4 – Grelha Categorical utilizada para o corpo da notícia e rodapés.

A – Categoria “**Manifestantes**” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

A.1 – Subcategoria “**Razões intrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (1)⁸: “*Para mim é a minha carreira da vida*”

A.2 – Subcategoria “**Razões extrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (2): “*Nós temos aqui direitos que nos são cortados há muitos anos.*”

A.3 – Subcategoria “**Caracterização**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex. (13): “*A manifestação contou com funcionários públicos de várias áreas*”

B – Categoria “**PSP**” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua atuação em grandes eventos.

B.1 – Subcategoria “**N.º de elementos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (16): “*Ao todo são 11700 operacionais*”

B.2 – Subcategoria “**Subunidade/origem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (8): “*disparadas pelo Corpo de Intervenção da PSP*”

B.3 – Subcategoria “**Dispositivo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex. (37): “*São enormes as linhas montadas de segurança [por parte do Corpo de Intervenção]*”

⁸ Número da notícia da qual se retirou o exemplo (vd. Anexo 3).

B.4 – Subcategoria “**Motivos da atuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a atuação policial.

Ex. (7): *“Houve a necessidade de intervir em resposta a uma ação violenta contra a polícia”*

B.5 – Subcategoria “**Descrição da atuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a atuação policial.

Ex. (7): *“e a necessidade de fazer disparos com bagos de borracha, de advertência para o ar”*

B.6 – Subcategoria “**Resultados/Consequências da atuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da atuação policial (detenções, feridos, etc).

Ex. (8): *“Dos confrontos resultaram 4 detenções”*

C – Categoria “**Discurso Direto**” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso direto. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

C.1 – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (2): *“Nós mesmo em greve não deixamos de socorrer ninguém”*

C.2 – Subcategoria “**Fonte policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex. (7): *“Esta manifestação, sabe-se, está relacionada com os acontecimentos de ontem”*

C.3 – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, exceto membros do Governo.

Ex. (25): *“Nós temos compromissos assumidos para o encerramento das centrais de carvão”*

C.4 – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

C.5 – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

C.6 – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex. (28): *“Nós vamos resistir passivamente e sempre pacificamente”*

C.7 – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex. (17): “*E ainda que custe muito ao Doutor André Almeida, temos pena, vai ter que levar comigo até ao fim*”

C.8 – Subcategoria “**Palavras de ordem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex. (35): “*Polícia, unida, jamais será vencida*”

C.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (17): “*Este representante não tem condições para continuar a negociar*”

D – Categoria “**Instâncias**” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer ator. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da atuação policial em grandes eventos, quais as mais e menos referenciadas.

D.1 – Subcategoria “**Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou os Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex. (2): “*que foram apresentadas pelo Governo*”

D.2 – Subcategoria “**Assembleia da República**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex. (30): “*próximo da Assembleia da República*”

D.3 – Subcategoria “**Agências Noticiosas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

Ex. (18): “*segundo o jornal Público*”

D.4 – Subcategoria “**Instâncias Judiciárias**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

Ex. (5): “*vai apresentar queixa ao Ministério Público*”

D.5 – Subcategoria “**Instituições**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex. (5): “*A associação SOS Racismo*”

E – Categoria “**Discurso Indireto**” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso indireto, ou seja, todas as declarações efetuadas pelos diversos atores através das palavras dos OCS.

E.1 – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (10): *“os manifestantes garantem que ninguém arremessou pedras”*

E.2 – Subcategoria “**Fonte Policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex. (28): *“Segundo o Comando Metropolitano da PSP de Lisboa, foi detida apenas uma pessoa, por não acatar as ordens e resistir à polícia”*

E.3 - Subcategoria “**GNR**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

E.4 – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, exceto Membros do Governo.

Ex. (25): *“Partidos políticos, que a 9 dias das eleições legislativas fazem questão de reivindicar para si, genuínas preocupações com a crise climática”*

E.5 – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex. (19): *“[o Governo] afirmou que os serviços mínimos para o Porto de Lisboa não estão a ser cumpridos”*

E.6 – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

E.7 – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex. (28): *“[não resistam] porque as autoridades estão apenas a fazer o seu trabalho”*

E.8 – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex. (16): *“Paulo Rodrigues da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia admite que é natural a criação de um esquema de segurança fora do comum”*

E.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (19): *“Em comunicado a Ana, Aeroportos de Portugal deixou um aviso (...)”*

F – Categoria “**Enquadramento/Descrição**” - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

F.1 – Subcategoria “**Data/hora**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex. (27): *“Dizer que esta manifestação começou por volta das 5 e meia da tarde”*

F.2 – Subcategoria “**Local**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex. (7): *“Vamos em direto para a Avenida da Liberdade, em Lisboa”*

F.3 – Subcategoria “**Nome do evento**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex. (13): *“Manifestação Nacional da Administração Pública”*

F.4 – Subcategoria “**Percurso**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajeto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex. (31): *“Depois da concentração no Marquês passam pelas ruas Braamcamp, Alexandre Herculano, Largo do Rato, Rua de São Bento e chegam à Assembleia da República”*

F.5 – Subcategoria “**Objetivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex. (3): *“O objetivo era entregar uma carta ao governo”*

F.6 – Subcategoria “**Justificação/Motivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex. (11): *“[protestaram] contra o congelamento das carreiras”*

F.7 – Subcategoria “**Caracterização**” - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex. (26): *“A marcha na defesa pelo ambiente começa sem sobressaltos”*

F.8 – Subcategoria “**N.º de manifestantes**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex. (11): *“Mais de 6 mil pessoas saíram às ruas”*

F.9 – Subcategoria **“História”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que façam referência a eventos análogos ocorridos no passado.

Ex. (29): *“[Há seis anos] os policiais romperam o cordão de segurança e invadiram as escadas do Parlamento”*

G – Categoria **“Sistema Explicativo Espontâneo”** - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjetiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretende acede-se ao que é referido subjetivamente para justificar atores e atos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

G.1 – Subcategoria **“Atuação policial”**

Ex. (7): *“Portanto, houve a necessidade então de usar essa violência, perante estes manifestantes”*

G.2 – Subcategoria **“Manifestantes”**

Ex. (34): *“outros optaram por lançar farpas aguçadas”*

G.3 – Subcategoria **“Enquadramento/Descrição do Evento”**

Ex. (17): *“A greve dá os primeiros passos numa estranha normalidade”*

Anexo 5 – Tipos de imagens.

A – Tipo “**Direto**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens que sejam transmitidas em direto.

B – Tipo “**Diferido**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens que sejam transmitidas em diferido, ou seja, que tenham sido gravadas previamente à sua transmissão.

C – Tipo “**Imagens amadoras**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens provenientes de filmagens amadoras, isto é, que tenham sido filmadas por outras pessoas que não os jornalistas ou profissionais na área da comunicação.

D – Tipo “**Imagens de jornalistas no terreno**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde seja focado o jornalista que noticia o acontecimento no terreno, ou seja, sempre que o jornalista fala para a câmara.

E – Tipo “**Imagens de entrevistados**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde seja focada a pessoa que está a ser entrevistada pelo jornalista.

F – Tipo “**Imagens de manifestantes**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes, exceto quando estão a ser entrevistados.

F.1 – Tipo “**Pacíficos**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes a manifestarem-se pacificamente, isto é, não causando distúrbios e seguindo as indicações da polícia.

F.2 – Tipo “**Agitados**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes um pouco exaltados, por exemplo, a tentar passar as barreiras de segurança ou a provocar a polícia.

F.3 – Tipo “**Violentos**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes a agir de forma violenta, como por exemplo, a derrubar as grades de segurança ou a empurrar as forças policiais.

G – Tipo “**Imagens da polícia**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam focados os polícias, exceto quando estão a ser entrevistados.

G.1 – Tipo “**Cordão policial**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os polícias dispostos em linha a impedir a passagem dos manifestantes.

G.2 – Tipo “**Confrontos com manifestantes**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os policias em confrontos com os manifestantes.

G.3 – Tipo “**Utilização da força**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os polícias a fazer o uso da força, para restabelecer a ordem.

G.4 – Tipo “**A efetuar detenções**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os polícias a deter os prevaricadores.

G.5 – Tipo “**Visibilidade**” – São contabilizadas neste tipo, todas as imagens onde sejam mostrados polícias, apeados ou em viatura, em missão de visibilidade, sem contactar com manifestantes, bem como empenhados em tarefas preparatórias preventivas.

G.6 – Tipo “**Preparação**” – São contabilizadas neste tipo, todas as imagens onde sejam mostrados polícias empenhados em tarefas preparatórias preventivas.

Anexo 6 – Resultados da codificação do corpo das notícias

Categorias		\sum u.r.	%	Subcategorias		\sum u.r.	%
A	Manifestantes	78	6,39%	A.1	"Razões Intrínsecas"	6	0,49%
				A.2	"Razões Extrínsecas"	12	0,98%
				A.3	"Caracterização"	60	4,91%
B	PSP	197	16,13%	B.1	"Nº de elementos"	15	1,23%
				B.2	"Subunidade/origem"	25	2,05%
				B.3	"Dispositivo"	12	0,98%
				B.4	"Motivos da Atuação"	37	3,03%
				B.5	"Descrição da Atuação"	89	7,29%
				B.6	"Resultados/Consequências da Atuação"	19	1,56%
C	Discurso Direto	304	24,90%	C.1	"Manifestante"	167	13,68%
				C.2	"Fonte policial"	36	2,95%
				C.3	"Político"	9	0,74%
				C.4	"Membros do Governo"	0	0,00%
				C.5	"Perito/comentador/especialista"	0	0,00%
				C.6	"Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma"	12	0,98%
				C.7	"Sindicatos"	49	4,01%
				C.8	"Palavras de ordem"	9	0,74%
				C.9	"Outros"	22	1,80%
D	Instâncias	83	6,80%	D.1	"Governo"	32	2,62%
				D.2	"Assembleia da República"	30	2,46%
				D.3	"Agências Noticiosas"	3	0,25%
				D.4	"Instâncias Judiciárias"	5	0,41%
				D.5	"Instituições"	13	1,06%
E	Discurso Indireto	106	8,68%	E.1	"Manifestante"	31	2,54%
				E.2	"Fonte Policial"	21	1,72%
				E.3	"GNR"	0	0,00%
				E.4	"Político"	1	0,08%
				E.5	"Membros do Governo"	5	0,41%
				E.6	"Perito/comentador/especialista"	0	0,00%
				E.7	"Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma"	9	0,74%
				E.8	"Sindicatos"	26	2,13%
				E.9	"Outros"	13	1,06%
F	Enquadramento/ Descrição	365	29,89%	F.1	"Data/hora"	32	2,62%
				F.2	"Local"	102	8,35%
				F.3	"Nome do evento"	2	0,16%
				F.4	"Percurso"	16	1,31%
				F.5	"Objetivos"	3	0,25%
				F.6	"Justificação/Motivos"	51	4,18%
				F.7	"Caracterização"	113	9,25%
				F.8	"N.º de manifestantes"	31	2,54%
				F.9	"História"	15	1,23%
G	Sistema Explicativo Espontâneo	88	7,21%	G.1	"Actuação policial"	29	2,38%
				G.2	"Manifestantes"	22	1,80%
				G.3	"Enquadramento/Descrição do Evento"	37	3,03%
Total		1221	100%			1221	100%

Anexo 7 – Resultados da codificação dos rodapés das notícias

Categorias		Σ u.r.	%	Subcategorias		Σ u.r.	%
A	Manifestantes	28	10,07%	A.1	"Razões Intrínsecas"	0	0,00%
				A.2	"Razões Extrínsecas"	0	0,00%
				A.3	"Caracterização"	28	10,07%
B	PSP	71	25,54%	B.1	"Nº de elementos"	6	2,16%
				B.2	"Subunidade/origem"	5	1,80%
				B.3	"Dispositivo"	0	0,00%
				B.4	"Motivos da Atuação"	10	3,60%
				B.5	"Descrição da Atuação"	36	12,95%
				B.6	"Resultados/Consequências da Atuação"	14	5,04%
C	Discurso Direto	5	1,80%	C.1	"Manifestante"	0	0,00%
				C.2	"Fonte policial"	0	0,00%
				C.3	"Político"	0	0,00%
				C.4	"Membros do Governo"	0	0,00%
				C.5	"Perito/comentador/especialista"	0	0,00%
				C.6	"Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma"	0	0,00%
				C.7	"Sindicatos"	1	0,36%
				C.8	"Palavras de ordem"	4	1,44%
				C.9	"Outros"	0	0,00%
D	Instâncias	17	6,12%	D.1	"Governo"	1	0,36%
				D.2	"Assembleia da República"	7	2,52%
				D.3	"Agências Noticiosas"	0	0,00%
				D.4	"Instâncias Judiciárias"	3	1,08%
				D.5	"Instituições"	6	2,16%
E	Discurso Indireto	31	11,15%	E.1	"Manifestante"	10	3,60%
				E.2	"Fonte Policial"	3	1,08%
				E.3	"GNR"	0	0,00%
				E.4	"Político"	0	0,00%
				E.5	"Membros do Governo"	1	0,36%
				E.6	"Perito/comentador/especialista"	0	0,00%
				E.7	"Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma"	0	0,00%
				E.8	"Sindicatos"	16	5,76%
				E.9	"Outros"	1	0,36%
F	Enquadramento/ Descrição	121	43,53%	F.1	"Data/hora"	2	0,72%
				F.2	"Local"	16	5,76%
				F.3	"Nome do evento"	11	3,96%
				F.4	"Percurso"	2	0,72%
				F.5	"Objectivos"	2	0,72%
				F.6	"Justificação/Motivos"	35	12,59%
				F.7	"Caracterização"	25	8,99%
				F.8	"N.º de manifestantes"	26	9,35%
				F.9	"História"	2	0,72%
G	Sistema Explicativo Espontâneo	5	1,80%	G.1	"Actuação policial"	2	0,72%
				G.2	"Manifestantes"	0	0,00%
				G.3	"Enquadramento/Descrição do Evento"	3	1,08%
Total		278	100%			278	100%

Anexo 8 – Resultados da contagem das imagens das notícias

Categorias		∑ u.r.	Subcategorias	∑ u.r.
A	Direto	12		
B	Diferido	35		
C	Imagens Amadoras	23		
D	Imagens do jornalista no terreno	26		
E	Imagens de Entrevistados	89		
F	Imagens de Manifestantes	97	F.1 Pacíficos	75
			F.2 Agitados	19
			F.3 Violentos	3
G	Imagens da Polícia	91	G.1 Cordão Policial	31
			G.2 Confrontos com Manifestantes	4
			G.3 Utilização da Força	13
			G.4 A efetuar Detenções	9
			G.5 Visibilidade	29
			G.6 Preparação	5
Total		373		373

303